

**FUNDAMENTOS
DA LINGÜÍSTICA
CONTEMPORÂNEA**

EDWARD LOPES

CULTRIX

6. SEMÂNTICA

"The patriotic Archbishop of Canterbury found it advisable...

— Found *what?* — said the Duck.

— Found *it* — the Mouse replied rather crossly —; of course, you know what *it* means.

— I know what *it* means well enough when I find a thing — said the Duck —; it's generally a frog or a worm. The question is, what did the Archbishop find?"

Lewis CARROLL. *Alice's Adventures in Wonderland*, Cap. III

Por "semântica" entende-se, comumente, a ciência das "significações das línguas naturais". Essa definição assinala a diferença existente entre uma semântica lingüística propriamente dita, que objetiva estudar a forma do plano de conteúdo das "línguas naturais", e uma semântica semiótica que estuda a significação dos sistemas sígnicos secundários, ainda os que deixam margens para dúvidas no que tange à participação, neles, da dupla articulação. (65)

(65) Ainda que lentamente, começam a formalizar-se os dados da "semântica semiótica", através de obras dedicadas ao estudo da significação na moda indumentária (cf. a *matriz significante*, de R. Barthes in *Le Système de la Mode*), nos mitos (cf. "A estrutura dos mitos", de Cl. Lévi-Strauss, in *Antropologia Estrutural e Jupiter, Mars, Quirinus III*, de G. Dumézil), na narrativa folclórica (cf. *Morfologia do Conto*, de VI. Ja. Propp, *The Morphology of the North American Indian Folktales*, de A. Dundes), no teatro (cf. *Le Signe au Théâtre*, de T. Kowzan), no cinema (cf. as obras de Christian Metz), na psicanálise (cf. *Écrits*, de J. Lacan), etc. Um exemplo fácil de como funciona a "semântica semiótica" é o fornecido pela sistematização dos sentidos nos sinais de trânsito. Aí a *forma circular* é utilizada para indicar *proibições*, enquanto a *forma triangular* indica *advertências* e a *retangular*, *informações*.

Uma “semântica lingüística” deve abranger, de acordo com Alan Rey (1969. 7):

- (a) o estudo do léxico;
- (b) o estudo das estruturas gramaticais (morfologia e sintaxe).

Ela deve, por sua vez, ser abrangida pela Semiótica (no sentido de estudo das relações pragmáticas).

Sob o pressuposto de que o sentido constitui uma evidência, a Semântica constitui, sem dúvida, um dos mais antigos domínios da Lingüística; mas, por isso mesmo, ela se plasmou como o “menos científico” desses domínios.

Na realidade, o sentido não é nunca uma evidência, sendo, como sabemos, o plano dos significantes a única manifestação lingüística. O sentido, em si, é sempre o resultado de uma *interpretação*. De fato, atribuir tal ou qual sentido a uma mensagem significa construir uma metalinguagem parafrásica; ora, as parafrases são ou não científicas (isto é, da ordem da “compreensão intuitiva” do homem comum para quem “as palavras dizem sempre aquilo mesmo que desejam dizer”), ou científicas (isto é, são *modelos*, construtos mentais que objetivam descrever o funcionamento dos conteúdos lingüísticos, tal como as fórmulas matemáticas ou químicas).

São enormes os empecilhos para a construção de uma semântica lingüística que possa pretender o título de “ciência”. Por causa disso, depois de produzir débeis resultados até o século passado, quando ganhou inclusive o nome que tem, a semântica foi praticamente abandonada pelos estudiosos ao longo da primeira metade do século XX.

Um exemplo claro dessa marginalização da Semântica pode ser encontrado no pudor com que a Lingüística norte-americana de inspiração bloomfieldiana tratou o tema dos significados. Bloomfield e seu discípulo Zellig Harris (bem como — na sua primeira fase — Choms-

Devemos precisar, neste ponto, que a nomenclatura *Semântica Semiótica*, aqui utilizada, *não se refere*, obviamente, a uma disciplina autônoma em relação à *Semântica Lingüística* (aliás, a colocação de adjetivos ao substantivo *Semântica*, quaisquer que eles sejam, “Semiótica”, “Lingüística”, “Estrutural”, etc., é, manifestamente, uma redundância). Assim, o nome “Semântica Semiótica” expressa, unicamente, a proposta, reiteradas vezes feita por muitos lingüistas, no sentido de tratar-se separadamente os diferentes meios de expressão com que se formaliza o *universo do sentido, que é uno*. Essa colocação não tem a seu favor senão o frágil apoio das premissas didático-pedagógicas e sua menção, neste livro, não implica, de nenhum modo, numa aceitação, de nossa parte, de uma subdivisão que julgamos descabida (cf. 6.4.1.).

ky, discípulo deste último), são os elos de uma extensa cadeia de estudiosos que puseram a Semântica de quarentena, cadeia essa que vai culminar com Archibald A. Hill, para quem a “única significação propriamente lingüística é aquela que nos permite dizer se duas unidades são as “mesmas” ou se elas são “diferentes” (*apud* Todorov, 1966. 7).

Na Europa, os estudos sobre o sentido ganham adeptos depois dos trabalhos pioneiros de Saussure e Hjelmslev, e seu desenvolvimento mais acentuado pode ser localizado na década dos anos 60. Eis porque na atualidade dispomos de materiais semânticos de valor muito desigual, que não passam de ser, na maioria das vezes, meros projetos daquilo que virá a ser, um dia, a Semântica verdadeiramente científica.

Os mais importantes desses resultados constituirão o objeto de estudo das páginas a seguir. Eles devem ser conhecidos, mesmo que sumariamente, porque deles depende a construção da Semântica dos próximos anos. Podemos enfeixá-los, todos, em cinco grandes linhas de pesquisa:

- (a) a linha semântica de Saussure e Hjelmslev;
- (b) a linha semântica lógica (ou da “palavra” isolada);
- (c) a linha da semântica contextual;
- (d) a linha da semântica contexto-situacional;
- (e) a linha da semântica transformacional.

6.1. A Linha Semântica de Saussure

“... un mot peut être échangé contre quelque chose de dissemblable: une idée; en outre, il peut être comparé avec quelque chose de même nature: un autre mot.”

SAUSSURE 1972.160

Ao conceber o signo lingüístico como uma unidade de significante mais *significado*, Saussure *reintroduzia* a Semântica no corpo da Lingüística e reativava o interesse, então adormecido, pelos estudos dessa área.

No CLG, Saussure distingue as relações intra-sígnicas — relações “verticais” no interior de um mesmo signo entre o significante e o significado —, das relações intersígnicas — aquelas que cada

signo mantém com os demais signos presentes no mesmo enunciado —. A *parole* se desenvolve sintagmaticamente, ao longo de um virtual eixo de sucessões onde cada elemento discreto (“palavra”) ocupa uma *posição significativa*. Graças a isso, o significado desse elemento não provém da sua natureza, mas sim, por um lado, da posição que ele ocupa por referência aos outros elementos coocorrentes em seu contexto e, por outro lado, ele depende dos elementos ausentes desse mesmo contexto, mas por ele evocados, na memória implícita da *langue*. Assim, raciocinava Saussure, um elemento lingüístico é um *puro valor* e o seu significado fica determinado num duplo enquadramento: o *sintagmático*, discernível no contraste entre elementos discretos *in praesentia* na *parole*, e o *paradigmático* (ou *associativo*), discernível nas oposições instauradas entre os membros da mesma classe de palavras e memorizáveis na *langue*.

No famoso exemplo que dá daquilo a que chama “relações associativas”, o autor do CLG mostra que todo e qualquer elemento da *langue* se deixa colocar no interior de uma classe onde se associa a outros membros formando sistema: “escola”, “aprendizagem”, “ensino”, etc., são memorizáveis como membros da mesma classe de sentidos (classe da “educação”, digamos), num mecanismo de “palavra-puxa-palavra” porque possuem uma mesma marca semântica na sua base (o sema “educação”). Apesar de, com base nessa mesma marca comum, eles se aproximarem uns aos outros, tais termos não se confundem, entretanto.

Essa observação sugere que no eixo das associações mnemônicas coexistem, ao lado da igualdade parcial entre os membros da mesma classe, diferenças parciais que os individualizam. Esse mecanismo institui a estrutura paradigmática no interior das línguas.

Assim, “*marido* e *mulher* não são sinônimos, mas essas duas palavras possuem uma relação semântica que não existe entre *marido* e *queijo* ou *hidrogênio*; *bom* e *mau* são diferentes quanto ao sentido, mas estão mais próximos do que *belo* e *vermelho* ou *redondo*”, escreve Lyons (1970.329). Tais relações entre elementos comutáveis no mesmo contexto são *relações paradigmáticas* (cf. 2.5.2.).

Mas “unidades do vocabulário podem ser, igualmente, unidas por *relações sintagmáticas*: por exemplo, *cabelos* e *loiros*, *latir* e *cão*, *bater* e *pés*, etc.” (*Id.*, *ibid.*).

Desse modo, Saussure colocava-se como o pioneiro de uma *semântica estrutural*, ao postular que uma palavra deveria ser descrita a partir do conjunto de relações que a situam, como *palavra-tipo*,

nas classes da língua (paradigmática) situando-a, ao mesmo tempo, como *palavra-evento*, nos enunciados da *parole* (sintagmática).

Em outra parte deste livro vimos a definição de *estrutura* no âmbito da Fonologia. É relativamente simples mostrar aí tal conceito, quando verificamos que existe uma mesma relação entre pares de fonemas como

$p : b :: f : v$

cuja oposição é proporcional porque se monta sobre a mesma dimensão “surda” vs “sonora”. Esse exercício permitiu se definir a estrutura fonológica de uma língua como a rede de oposições binárias que um poucos elementos contraem entre si ao se distribuírem sobre um número reduzido de categorias. Em tal contexto formal, os fonemas podem ser descritos como o *lugar virtual determinado pelo conjunto dos pontos de intersecção das oposições categoriais previstas na língua (código)*, sendo cada um desses pontos, isoladamente considerado, um *traço pertinente do plano de expressão* (um *fema*, *merisma* ou *traço distintivo*). Nesses termos, o código fonológico de uma língua pode ser diagramatizado como se vê na Fig. 35:

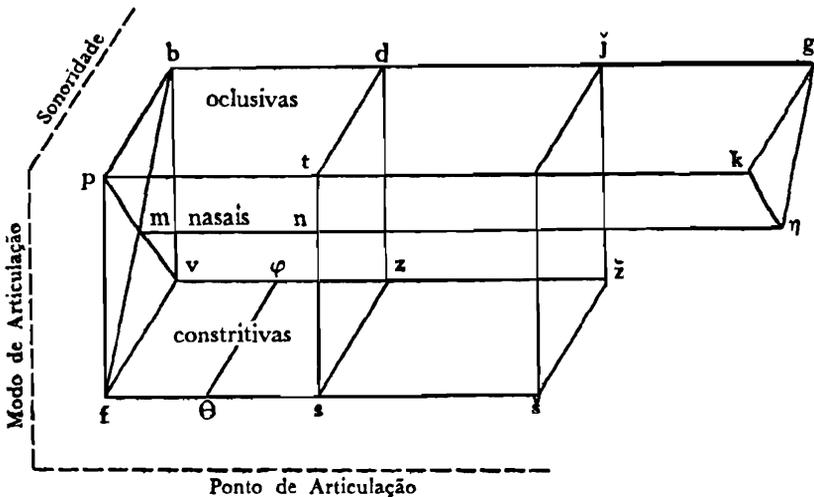


FIG. 35 — Código Fonológico
(*Apud* Kühlwein, 1973. 42)

Por outro lado, a análise semântica de um nome como *quadro* deve incluir uma *abertura semântica* (ou *valência*) capaz de prever a sua possibilidade de combinação, em diferentes contextos-ocorrências, com predicados do tipo *pintar* ou *desenhar*; reciprocamente, tais predicados devem incluir um *traço semântico pertinente* (*sema*), saturável sintagmaticamente, através da sua combinação possível com o nome *quadro*.

Essa noção de interdependência sintagmática, ou de pressuposição, é de considerável importância para a análise do vocabulário de qualquer língua. É bastante vasta a sua aplicação. Há interdependência entre tais classes de verbos e tais classes de nomes, nas quais o nome é sujeito do verbo, por exemplo, *ave* : *voar*; *peixe* : *nadar*; entre adjetivo e substantivo, por exemplo, *cabelos* : *loiros*; *leite* : *coalhado*; entre verbos e “objetos normais”, por exemplo, *guiar* : *carro*; entre verbos e substantivos ligados por uma relação instrumental, por exemplo, *morder* : *dentes*, *chutar* : *pé*, e assim por diante” (Lyons, 1970.337).

6.2. A Linha da Semântica Componencial de Hjelmslev

6.2.1. PRIMEIRA NOÇÃO DE SEMA E DE SEMEMA

O êxito da compreensão da estrutura fonológica das línguas sugeriria a Hjelmslev, reinterpretando Saussure, postular que esse procedimento, já provado na Fonologia, fosse um princípio de aplicação universalmente válida dentro da Lingüística. Transposto para a Semântica, por exemplo, esse princípio poderia prover a condição de construtibilidade, necessária para efetuar a descrição do sentido em bases científicas.

Já em 1948, no artigo *L'analyse structurale du Langage* (in 1971a.34), Hjelmslev escrevia: “... Saussure afirmava que os sons de uma língua falada (...) deveriam ser descritos (...), inicialmente, não em termos de fonética (...), mas somente em termos de relações mútuas, e que, do mesmo modo, as unidades do conteúdo lingüístico (as unidades de significação) deveriam ser descritas, inicialmente, não em termos de semântica, mas somente em termos de relações mútuas. (...) as verdadeiras unidades da língua são

os *relata* que esses sons, esses caracteres e essas significações representam.”

Daí proclamar Hjelmslev a necessidade de se localizar *figurae* (na sua terminologia, *non-signs*, atualmente: *semas*), unidades menores do que o signo, componentes do signo, como condição prévia para a formalização de uma teoria e uma técnica científica de descrição do plano de conteúdo das línguas⁽⁶⁶⁾.

Assim, Hjelmslev postulava um isomorfismo entre o plano do conteúdo e o plano de expressão das línguas naturais.

Essa postulação é, manifestamente, uma redução epistemológica, um conceito derivado do princípio de coerência científica exigido para a construção de uma metalinguagem unívoca e não-contraditória. Ainda que pertença ao elenco dos postulados não-provados, em relação à Semântica, esse mesmo isomorfismo foi que possibilitou a construção de inúmeras linhas morfológicas e sintáticas que se construíram à base da aplicação das técnicas utilizadas para a construção da teoria fonológica.

A justificação dela, e um exemplo explícito de como se plasmaria em técnica descritiva, foram fornecidos por Hjelmslev, num artigo de 1957 (*Pour une sémantique structurale*, in 1971a.119-120): “Uma descrição estrutural só se poderá fazer sob a condição de poder re-

(66) Opondo-se à teoria de Hjelmslev, A. Martinet (1946.39-40) observa que tais *figuras* não existem, porque cada unidade mínima do conteúdo é um significado em si mesma e, portanto, continua a ser um signo com dois níveis correlatos.

Se essa observação fosse pertinente, teríamos de lhe atribuir um alcance muito mais vasto do que aquele que o próprio Martinet lhe atribui, já que, com base no mesmo critério poderíamos afirmar a não-pertinência ou artificialidade da divisão das línguas em dois planos (significante / significado); pois, numa metalinguagem ou mesmo nos dêiticos mostrativos, por exemplo, o que é plano de expressão? e o que é plano de conteúdo? por outro lado, é evidente que se se afirma que a unidade do plano do conteúdo já é um significado, deve afirmar-se também que a unidade mínima do plano da expressão já é um significado em si mesma: o que são “sonoro”, “surdo”, “constritiva”, etc., senão significados? Nisso tudo há uma lamentável confusão oriunda da não apreensão das diferenças existentes entre os termos que se empregam numa língua-objeto (a ser descrita) e os termos que se empregam na construção de uma meta-língua descritiva, que é construída com os mesmos elementos da primeira. O termo “cão”, por exemplo, de uma língua-objeto, traduz-se nos termos “substantivo”, “masculino”, “singular”, “animado”, “não-humano”, “canídeo”, etc., provenientes da descrição metalingüística onde as relações gramaticais (ou semânticas) não se pronunciam sobre o animal “em si”, ontologicamente considerado, mas, sim, sobre a “palavra” *cão*, tal como ela se comporta na estrutura da língua portuguesa.

duzir as classes abertas a classes fechadas. Na descrição estrutural do plano da expressão conseguiu-se operar essa redução, concebendo-se os signos como compostos de elementos dos quais um efetivo relativamente baixo bastava para efetuar a descrição. Trata-se de utilizar um procedimento análogo para a descrição do plano do conteúdo. Há casos evidentes, e de há muito conhecidos, em que o conteúdo de um signo é decomponível de acordo com um princípio análogo àquele que determina a decomposição da expressão. Desta forma, assim como a desinência latina — *ibus* compõe-se de quatro elementos de expressão: *i*, *b*, *u* e *s*, ela se compõe de dois elementos do conteúdo, a saber: “dativo / ablativo” e “plural”. E assim como o signo inglês *am* se compõe de dois elementos da expressão, *a* e *m*, ele se compõe de cinco elementos de conteúdo: “be” (ser, estar) + “1.ª pessoa” + “singular” + “presente” + “indicativo”. Esses elementos isolam-se, como se sabe, nos dois planos, através da prova da comutação. É esse procedimento que conviria generalizar.”

Como se efetuaria a análise componencial do sentido, preconizada por Saussure — Hjelmslev? Seja o seguinte exemplo (adaptado de Lyons, 1970.359-361):

(1) homem	mulher	criança
(2) touro	vaca	cria
(3) galo	galinha	pintainho

Baseados na nossa compreensão intuitiva dessas palavras, podemos estabelecer fórmulas como:

homem : mulher : criança :: touro : vaca : cria

Essa equação exprime o seguinte fato: do ponto de vista semântico, *homem*, *mulher* e *criança*, de um lado, *touro*, *vaca*, e *cria*, de outro, possuem alguma coisa em comum; além disso, *touro* e *homem* possuem em comum algo que não é compartilhado nem por *vaca* e *mulher*, nem por *cria* e *criança*; da mesma forma, *vaca* e *mulher* têm algo em comum, não compartilhado pelos dois outros pares; etc. Chamaremos *componente semântico* (plerema, semema, marcador semântico, categoria semântica, *sema*) aquilo que as palavras dos diferentes grupos possuem em comum.

Façamos apelo, aqui, a algumas noções matemáticas elementares. Sendo dada uma relação numérica(o que os matemáticos e os gramáticos gregos chamavam de analogia) com a forma

a : b :: c : d

onde o primeiro dos quatro termos dividido pelo segundo é igual ao terceiro dividido pelo quarto, podemos decompor essa relação em fatores, aos quais chamaremos, num contexto lingüístico, seus componentes; podemos, então, substituir cada termo pelo *produto* dos dois componentes:

$$2 : 6 :: 10 : 30$$

O que o primeiro par opositivo tem em comum com o segundo é a *razão proporcional* "3" (pois o segundo elemento de cada par resulta da multiplicação do primeiro elemento de cada par pelo número "3"). O número 3 é, portanto, um *componente semântico-funcional* (um *classema*) comum às duas oposições.

Assim, também, em

homem : mulher : criança :: touro : vaca : cria

temos: (macho) x (humano — adulto) : (fêmea) x (humano — adulto) : (humano — não adulto) :: (macho) x (bovino — adulto) : (fêmea) x (bovino — adulto) : (bovino — não adulto), coisa que faz ressaltar o componente (razão proporcional)

/adulto/ vs /não adulto/.

Assim como podemos dividir 10 em 5 x 2, podemos supor que poderíamos decompor /humano/ ou /macho/ em componentes semânticos menores ainda.

Uma semântica estrutural só se tornaria possível, pensava Hjelmslev, na medida em que o número ilimitado de conteúdos do signo fosse reduzido a um número limitado de *figurae* — traços mínimos — dos planos do conteúdo. Tais *figurae*, que seriam, no plano do conteúdo, o correlato dos *femas* no plano da expressão, poderiam ser identificados pelo processo da comutação (mutação entre os membros de um paradigma). Essas unidades mínimas distintivas do plano do conteúdo — ou *semas* — se ordenariam em feixes para construir os *sememas* — feixe de semas hierarquizados e unificados num mesmo efeito-de-sentido, correlato semântico da unidade fonológica *fonema* (veja-se Fig. 36, abaixo):

ciente, e também de lentidão, peso, passividade" (*apud* Ulmann, 1964. 477-487).

Além do que diz Bühler, é preciso notar que é comum estabelecermos equivalências entre diferentes paradigmas quantitativos e qualitativos, de modo que *grande* (membro de um paradigma quantitativo) pode substituir, em certos contextos, *bom* (membro de um paradigma qualitativo). Assim se diz

(fr.) *Ce vin est honnête* "é um vinho honesto" = *bom* (Pottier, 1968. 109);

(fr.) *Un maigre résultat* "um magro resultado" = *mau*;

(port.) *Um pobre resultado* = *mau*;

(port.) *Uma música (ou: um cantor) quente* = *bom*

Essas equivalências são responsáveis pelo fenômeno estilístico da *sinestesia*. Tal fenômeno pode ser explicado pelo paralelismo encontrado entre duas oposições, no interior dos campos semânticos, oposições essas cujos termos antonímicos passam a ser considerados equivalentes.

I) 1.^a oposição: quente (A) vs frio (B)

II) 2.^a oposição: bom (C) vs mau (D)

Colocando-se I e II em paralelismo, constrói-se uma *correlação* (ou *analogia*, cf. 6.2.):

quente : frio :: bom : mau

A : B :: C : D

Os primeiros termos de cada par opositivo (isto é, A e C) tornam-se substituíveis no mesmo contexto; e o mesmo se dá para os segundos termos, B e D. Assim, temos:

Um cantor quente = *bom*

A = C

Um cantor frio = *mau*

B = D

Outro exemplo, citado por Pottier (*op. cit.*, 119): da correlação
procurar : encontrar :: frio : quente

obtém-se as frases do jôgo de localização de objetos escondidos:

“Está frio” (= longe de ser encontrado) “está quente” (= prestes a ser encontrado).

Este mecanismo explica, também, o célebre verso (ingl.) *A grief ago* (“há um desgosto atrás...”) e construções análogas, encontradiças na poesia ou nos *réclames* publicitários (*pese dez anos menos!*, etc.). Como observa Pottier, não se deve ver aí uma anomalia semântica, mas uma *transformação semântica*, obtida pela transferência de semas entre dois sememas, ou pela equivalência, arbitrariamente estabelecida, segundo o *princípio de equivalência* (Jakobson, cf. 1.12.4.7.) entre os termos simétricos de duas oposições correlacionadas.

O que se passa é, afinal, o resultado da colocação em correlação, de elementos simétricos de campos semânticos diferentes. Pois é sabido, como se viu na observação de Bühler, *retro* mencionada, que qualquer dos membros de um campo léxico-semântico participa de uma intrincada rede de associações e pode assumir, num momento dado, a condição de ponto de partida para novos campos associativos. Entre os diferentes campos instauram-se, pois, subdivisões internas, contendo referências cruzadas.

O próprio léxico pode ser considerado, em seu conjunto, como um imenso campo associativo (no dicionário as palavras definem-se umas às outras, num processo metalingüístico interminável), cujas fronteiras coincidem, a cada instante, com as fronteiras da própria cultura que a língua expressa.

Se isso se dá no léxico, considerado na sua totalidade, o que ocorre para cada unidade (“palavra”) integrante do léxico? Como poderia ela ser definida semanticamente? *O que* constitui a significação de uma palavra? E como pode ser essa significação analisada?

Nas linhas que seguem, veremos: a) a resposta de Gottlob Frege à primeira pergunta; e, (b) a resposta de Bernard Pottier à segunda.

6.3.2. A SEMÂNTICA LÓGICA DE FREGE

6.3.2.1. *Referência, Sentido e Imagem Associada*

G. Frege (1971.19 e 51) distinguia três aspectos na significação:

- (a) a *referência* (al. *Bedeutung*, traduzida por B. Russel como *denotation* “denotação”, e por Max Black como *reference* “referência”): o objeto a que se refere o signo, tomada a palavra “objeto” no seu sentido mais amplo;

- (b) o *sentido* (al. *Sinn*, traduzido por B. Russel como *meaning* “significação” e por M. Black como *sense* “sentido”); o modo como a palavra exprime a referência; e
- (c) a *imagem associada* (correspondendo, *grosso modo*, à noção de “conotação”): é a associação subjetiva que cada pessoa faz com cada sentido.

Com isto, Frege chamava a atenção para o fato de que o sentido é algo diferente da referência. “Quando perguntamos: “Qual é a significação de “a estrela da manhã”?; “qual é a significação de “estrela vespertina”?, se temos em mente o *objeto* que essas expressões denotam (dos quais elas são nomes) as significações das duas expressões são idênticas pois o objeto que elas denotam é o mesmo. Mas quando consideramos o *conteúdo* dessas expressões, a maneira como elas denotam (...) então suas significações se afiguram diferentes”. (Schaff, 1969. 227). De modo análogo, o enunciado

“Walter Scott é o autor de *Waverley*”

apresenta duas vezes a mesma referência (“Walter Scott” e “autor de *Waverley*”), com *sentidos* e *imagens associadas* diferentes. Já as frases

“O atual rei da França é calvo”,

“Perseu matou o Minotauro”,

não têm referente, mas têm sentido (= *designata*).

A colocação de Frege explicita três sentidos da palavra “significação”

- (a) privilegiando a noção de *referência*, a significação mostraria o *signo relacionado com um objeto do qual esse mesmo signo é o nome*;
- (b) privilegiando a noção de *sentido*, a significação mostraria o *signo relacionado com o código que o funda como signo*;
- (c) privilegiando a noção de *imagem associada*, a significação mostraria o *signo relacionado com o seu destinatário*.

6.3.3. O PROBLEMA DO REFERENTE

6.3.3.1. Diferença Entre Referente (Denotatum) e Designatum

6.3.3.2. Primeira Noção de Interpretante

“Ora, pois, numa roda, dizia ele, de algum sicrano, terceiro, ausente:

— E ele é muito hiputrérico...

Ao que, o indesejável maçante, não se contendo, emitiu o veto:

— Olhe, meu amigo, essa palavra não existe.

Parou o bom português, a olhá-lo, seu tanto perplexo:

— Como?! ... Ora... Pois se eu a estou a dizer?

— É. Mas não existe.

Aí, o bom português, ainda meio enfiado, mas no tom já feliz de descoberta, e apontando para o outro, peremptório:

— O senhor também é hiputrérico...

E ficou havendo.”

J. GUIMARÃES ROSA, *Tutaméia* —
Terceiras Estórias, 3.^a ed., 1967.

É difícil decidir se a colocação feita por Frege do problema da significação foi realmente benéfica ou prejudicial para os estudos semânticos. A sua noção de referência, por exemplo (para outros autores, *referente*, *denotatum*), por um lado introduz no seio de um fenômeno cultural um *objeto da realidade fenomênica, extra-lingüística*, enquanto, por outro lado, faz a significação depender do seu *valor de verdade*. Ora, o problema da verdade / falsidade é da ordem da Lógica e da Moral: não é um problema lingüístico. As coisas se tornam mais claras quando percebemos que para apreender o *sentido* da frase “o atual rei da França é calvo” ninguém necessita saber se a França possui ou não, atualmente, um rei. A única condição que se impõe para a inteligência desse enunciado é que o destinatário dele tenha *competência* lingüística para decodificar corretamente as frases daquela determinada língua.

De fato, é extremamente custoso apontar o *referente* de uma enorme quantidade de elementos lingüísticos com os quais lidamos diariamente. Não só palavras como “amor”, “justiça”, etc. são, a esse respeito, problemáticas, como determinadas classes de palavras parece prescindirem de qualquer referente:

(a) as *interjeições*: como “alô!”, “ai”, por exemplo, ou

- (b) os *operadores pragmáticos*, do tipo “faz favor!”, “com licença!”, etc., que funcionam num nível semiótico que dispensa qualquer referente ou denotado. (67)

Outros grupos de unidades léxicas em que seria difícil distinguir o *denotatum* do *designatum* (=a conceptualização de um *denotatum*) são:

- (c) os *dêiticos* (palavras-mostradoras usadas para referir diretamente partes ou coisas do mundo extralingüístico): “isto”, “este”, “aquilo”, etc.;
- (d) os *quantificadores*: *um, dez, vinte e um*, etc.;
- (e) os *operadores profrasais*: *não, sim, ou*, etc.;
- (f) as *unidades relacionais*: (ingl.) *the, to*, etc.; (cf. Zgusta, 1971. 37).

Do mesmo modo, “os *limites referenciais* das unidades léxicas são indeterminados: por exemplo, é impossível precisar a qual momento, em que etapa intermediária, deve ser estabelecida a divisão entre *colina* e *montanha*, entre *pintinho* e *frango*, entre *verde* e *azul*, etc.” (Lyons, 1970.327).

Por tudo isso é necessário precisar o alcance dos três aspectos do processo da significação que vimos estudando. No que se refere ao problema da *referência*, parece desde já insustentável a hipótese essencialista ou realista, que deseja colocar o objeto *extra-lingüístico* nos quadros da significação. E não poderia ser de outro modo, pois *o papel da linguagem é exatamente este: o de funcionar como uma instância de mediação entre o homem e o mundo e é essa mesma propriedade, intrínseca à função semiótica, que investe as diferentes práticas sociais do seu papel de códigos e que instaura as unidades desses códigos, os signos. Assim como o signo não é o objeto ou coisa que ele representa, a linguagem não é o mundo; ela é, apenas, um saber sobre o mundo, capaz de fazer-se intersubjetivo e de relacionar consciências. Eis porque só tem sentido falar-se de “objeto” como*

(67) As interjeições são sintomas da atitude do falante (função emotiva para Jakobson, *Ausdrucksfunktion* para K. Bühler), e os operadores pragmáticos do tipo “por obséquio!”, “tenha a bondade!”, são fórmulas utilizadas pelo falante para influenciar o comportamento do destinatário (função conativa para Jakobson, *Appellfunktion* para Bühler); de modo que qualquer tentativa de isolar *denotata* nesses elementos remeteria o analista para o *psiquismo* do falante e não para a mensagem em causa.

quadro de referência comum ao remetente e ao destinatário da mesma mensagem, isto é, *como designatum e não como denotatum*.

Uma situação de comunicação lingüística estabelece-se quando dois indivíduos participam do ato de fala e uma informação qualquer — um *saber* — transita de um para o outro. Esse ato de troca envolve não um *objeto* (referente ou *denotatum*) mas um saber (um *designatum*) e a *única condição para que a comunicação se realize do modo mais cabal consiste na posse, pelo destinatário da mensagem, de um prévio saber (implícito) sobre o saber em transmissão, possuído e realizado, no ato da fala, pelo destinador da mensagem*.

Esse “saber implícito” é o que constitui a *competência* do destinatário para compreender a *performance* do remetente (= “saber em transmissão”). Só compreende um determinado enunciado (*performance*) em português aquele que tem *competência* para compreender o português (*performance* e *competência* relevam do remetente e também do destinatário das frases).

No nosso modo de ver, a relação entre a performance do destinador (remetente) da mensagem e a competência do destinatário constitui a única condição para o sentido; a inteligibilidade requer um querer fazer, um poder fazer e um saber fazer (enunciados), vista da perspectiva do remetente e se corresponde com um saber (implícito) sobre o saber (explícito) do destinador, quando o encaramos da perspectiva do destinatário da mensagem.

Se se entende uma mensagem como

Perseu matou o Minotauro

essa compreensão não é devida à existência extralingüística desses seres mitológicos, mas é devida à competência (isto é, ao saber sobre esse saber que é o código); é dentro do código que “Perseu”, “Minotauro”, bem como a atividade designada por “matar” estão programados, como elementos de existência intralingüística. Se se entende a frase “Perseu matou o Minotauro” é porque é possível manipular tais signos e relações de um modo coerente dentro do código da língua portuguesa, traduzindo, por exemplo, “Perseu” e “Minotauro” por “seres mitológicos”, etc., como acabamos de fazer.

Para efetuar tal tradução, os falantes se valem de seu saber sobre o código, isto é, *de elementos ausentes da mensagem*. *Os signos do código capazes de traduzir os signos da mensagem constituem o interpretante da mensagem; a essa relação é que chamamos sentido. O processo da significação, desse modo, não relaciona um signo e um “objeto”: relaciona signos entre si.*

Ora, o sentido dos signos é, como viram Saussure e Hjelmslev, um *sentido estrutural*, concebível como o lugar (virtual) que “ele ocupa num sistema de relações que o ligam a outras palavras do vocabulário. Notemos que, definindo desse modo essa noção pelas *relações que existem entre as unidades do vocabulário, evitamos associar-lhe a hipótese da existência dos objetos e das propriedades fora do vocabulário da língua em questão*” (Lyons, 1970.328).

É preciso, aqui, delimitar o alcance que se deve dar às palavras *denotatum* (ou *referente*) e *designatum*. Nos termos de Ch. Morris “o *designatum* não é uma coisa, mas uma espécie de objetos ou uma *classe* de objetos; ora, uma classe pode possuir muitos elementos, ou um único elemento, ou nenhum elemento. Os *denotata* são os elementos de uma classe” (*Apud* Ducrot — Todorov, 1972. 117). Assim, os *denotata* são objetos particulares, “aquilo a que se faz referência”. Quando usamos palavras para indicar seres não existentes, como *unicórnio*, *fênix*, *Júlio César*, temos *designata* (isto é, classes de seres que correspondem a lembranças resultantes de leituras, etc.), mas não temos um *denotatum* ou *referente* correspondente a tais *designata* (cf. Cherry, 1971.180-181).

6.3.4. O PROBLEMA DO INTERPRETANTE

6.3.4.1. Tradução Intracódigo : definição e denominação

6.3.4.2. Tradução Entre Códigos

“... a palavra *canguru* significa “não sei” em aborígene, resposta que o Capitão Cook obteve quando apontou um dos animais a um nativo.”

CHERRY, 1971. 403

Ao relacionar um *interpretante* proveniente do código e aplicá-lo sobre uma mensagem como um *operador de sentido*, a língua põe em funcionamento a sua capacidade metalingüística (= função metalingüística); ao relacionar um *operador de sentido* (de modo que os signos — ou partes de signos — de uma mensagem se transcodifiquem mutuamente, no interior do mesmo enunciado), a língua põe em funcionamento a sua capacidade poética (= função poética).

Em ambos os casos, o resultado dessa semiose entre signos é o surgimento do sentido; por isso, *toda significação lingüística é parafrásica*. É, aliás, o que diz, sucintamente, a fórmula de Peirce traduzida por Jakobson (1969. 31) —: “o sentido de um signo é outro

signo que o traduz mais explicitamente". Essa noção, que é a noção de Peirce para *interpretante*, é comentada do seguinte modo por U. Eco (1971a. 34): "para localizar o que seja o interpretante de um signo, nomeamo-lo com um outro signo, o qual possui, por sua vez, um outro interpretante nomeável com outro signo, e assim por diante. Teria início, nesse ponto, um processo de *semiose ilimitada*, que, por paradoxal que seja, é a única garantia para a fundamentação de um sistema semiológico capaz de explicar-se a si próprio, valendo-se apenas de seus próprios meios. *A linguagem seria, então, um sistema que se explica por si mesmo, mediante sucessivos sistemas de convenções que se explicam umas às outras.*"

A noção de interpretante está, ainda, insuficientemente explorada. Não se pode precisar, a esta altura, os limites de seu alcance. É tentadora, por exemplo, a idéia de que o conceito de interpretante poderia ser utilizado para unificar numa teoria coerente toda a problemática concernente à polissemia, à sinonímia, à antonímia, à ambigüidade, etc., de tal modo que todos esses fenômenos pudessem ser encarados, como já sugeriu Hjelmslev (1971a. 71), como manifestações particulares de um único fenômeno mais geral. De qualquer forma, tanto quanto sabemos, o interpretante é um conceito de valor relacionante que tende a repor em circulação nos quadros da moderna ciência semiótica, toda a complexa problemática das funções metalinguísticas; em segundo lugar, esse conceito permite-nos eliminar para sempre o espectro ontológico e a falácia realista dos "referentes" extralingüísticos do âmbito da semântica.

Significado (metalingüístico) de significantes de uma língua-objeto, o interpretante é um operador semântico que executa basicamente duas operações:

- (I) *de tradução intracódigo*: ao traduzir mensagens de um código-objeto A por outros elementos do mesmo código A empregados em função metalinguística:
 - (a) *por expansão*, cujo resultado é a produção de uma *definição*.
Ex.: "solteiro" = "homem que ainda não se casou"
 - (b) *por condensação*, cujo resultado é a produção de uma *denominação*.
Ex.: "homem que ainda não se casou" = "solteiro"
- (II) *de tradução entre códigos*: ao traduzir mensagens de um código-objeto A por elementos de um outro código metalinguístico B:

- (a) *de uma língua natural para outra língua natural.*
Ex.: (fr.) *chaise* = (port.) “cadeira”
- (b) *de uma língua natural* (código signico primário) *para qualquer outro código signico secundário.*
Ex.: traduzir a palavra *cruz* pelo *desenho* de uma cruz
- (c) *de um código signico secundário para uma língua natural.*
Ex.: traduzir o *desenho* de uma cruz pela palavra *cruz*, *croix*, *croce*, etc.

A sinonímia é um fenômeno derivado desse relacionamento parafrástico entre os signos.

6.3.4.3. O Problema da Sinonímia e da Antonímia

6.3.4.3.1. Isomorfia e Isotopia

6.3.4.3.2. Sinônimos e Antônimos

O interpretante é um signo metalingüístico (ou um conjunto deles) capaz de propor uma equivalência entre dois códigos, um dos quais — aquele a que pertence o interpretante — é melhor conhecido do que o outro — o código objeto —, e pode, por essa razão, esclarecê-lo. Em outros termos, o interpretante evidencia a *isomorfia*.⁽⁶⁸⁾

(68) É sedutora a possibilidade de formalizar uma teoria do interpretante a partir das afinidades existentes entre os conceitos de *isomorfia* e de *isotopia*. Poder-se-ia, por exemplo, utilizar o nome de *isomorfia* para a correspondência localizável no sistema (ou na estrutura) de dois códigos, reservando-se o nome *isotopia* para a *correspondência interpretativa*, quer dizer, localizável no seu *plano do conteúdo*. Diríamos, então, que há *isotopia* (= correspondência de sentido)

- (a) entre os três níveis míticos ocupados pelas divindades romanas (o nível da *soberania*, representado por Júpiter, o nível da *força*, representado por Marte, o nível da *fecundidade*, representado por Quirino), e os três estratos em que se situavam, na sociedade de Roma, os *roles* do religioso, do militar e do agricultor (cf. Dumézil);
- (b) entre as valorações “eufórico/disfórico” e os pólos “superior/inferior” do eixo vertical da espacialidade;
- (c) entre a dicotomia temporal cosmológica (não-humana) “manhã/noite” e a dicotomia temporal noológica (humana) “vida/morte”, etc.

A colocação que acabamos de fazer não passa, pelo menos por enquanto, de mera possibilidade de formalização de uma problemática ampla e demasiado obscura em muitos de seus pontos.

O interpretante propõe-se como um modelo que simula possuir as propriedades possuídas pelo signo ou código que ele interpreta. Se, dados dois conjuntos, A e B, os elementos integrantes do conjunto A se correspondem, *de um ou outro modo*, com outros tantos elementos do conjunto B, dizemos que existe uma isomorfia entre os conjuntos A e B. Assim, há isomorfia, por exemplo,

- (a) entre o conjunto dos pontos de uma linha reta e o conjunto de todos os números reais (Reznikov, 1972.222);
- (b) entre uma casa e a planta de acordo com a qual ela foi construída;
- (c) entre um televisor e o seu esquema.

Como se vê dos exemplos acima, a relação entre os dois conjuntos envolvidos não é de *cópia*, mas, sim, de *analogia*: trata-se de uma *relação lógica*, portanto (cf. Langer, 1969.15).

Perceptualmente, a *isomorfia* (e a *isotopia*, nos termos da nota 68) se define como o *resultado da evidenciação das propriedades possuídas em comum por dois códigos diferentes*: a função cognitiva da isomorfia é a de efetuar a aproximação dos dois conjuntos (códigos, signos) através de uma *operação conjuntiva*, para poder propor a sua *correspondência*.

Mas, ao estabelecer essa correspondência, a isomorfia (e, também, a isotopia), *não afirma a identidade dos dois conjuntos envolvidos*. A correspondência entre dois elementos que se comparam não é nunca perfeita, absoluta; em outros termos, *isomorfia não significa homomorfia* (e *isotopia não significa "homotopia"*): assim, a planta de uma casa não é uma casa, e as máquinas são construtos análogos aos seres vivos, mas não são seres vivos (elas não possuem, por exemplo, a característica biológica por excelência que é a capacidade possuída pelos seres vivos de reproduzirem-se em outros indivíduos da mesma espécie).

Essas noções nos ajudam a compreender melhor uma série de coisas ligadas ao fenômeno dos sinônimos e antônimos, nas línguas naturais. *Mirar* e *ver*, do espanhol, *guardare* e *vedere* do italiano, *senex* e *vetus*, do latim, *jovem* e *novo*, do português, *big* e *large*, do inglês, são sinônimos. Dizer que tais termos são sinonímicos *equivale a afirmar a sua isotopia, mas não implica, absolutamente, em afirmação da sua total identidade de sentido*. Os termos de cada par acima não são "sinônimos perfeitos" um de outro porque eles *não se podem substituir mutuamente no interior de qualquer contexto*. Compare-se:

- (esp.) *mirar atentamente* vs * *ver atentamente* (agramatical)
 (fr.) *voir clairement* vs * *regarder clairement* (agramatical)
 (it.) *vedere attentamente* vs * *guardare attentamente* (agramatical)
 (port.) *um livro novo* vs * *um livro jovem* (agramatical)
 (ingl.) *a big man* vs * *a large man* (agramatical)

Desse modo, se os termos desses pares sinonímicos se correspondem é porque compartilham a propriedade de *designar o mesmo sentido no interior do mesmo código* (da *langue*). *mas não no interior de diferentes subcódigos dessa língua. Pé e pata* designam, ambos, o sentido “extremidade inferior dos membros inferiores” no código da língua portuguesa (e são, a esse título, sinônimos), mas cada um desses vocábulos especializou-se na designação exclusiva desse sentido no interior de dois diferentes subcódigos: *pé* designa “extremidade inferior dos membros inferiores” dentro dos subcódigos relativos a seres humanos e seres animais, ao passo que *pata* designa o mesmo no subcódigo relativo ao seres animais, apenas. Dizemos

1. João feriu o pé
2. O gato feriu a pata

A especialização do código lingüístico em subcódigos prevê à divisão da língua em campos semânticos comunicantes mas dominados por marcadores semânticos distintivos de subcódigos:

- (lat.) *senex* vs *vetus*
 (fr.) *bouche* vs *gueule*
 (port.) *boca* vs *focinho*
 (esp.) *joven* vs *nuevo*

/humano/ /animal/ Marcadores semânticos dos subcódigos
 (campos ou classes semânticas.)

Outro exemplo (Pottier, 1968. 110) :

- | | | | |
|------------------|--------------|----|----------------|
| (fr.) | <i>an</i> | vs | <i>année</i> |
| (fr.) | <i>jour</i> | vs | <i>journée</i> |
| (fr.) | <i>soir</i> | vs | <i>soirée</i> |
| (port.) | <i>dia</i> | vs | <i>jornada</i> |
| (port.) | <i>noite</i> | vs | <i>noitada</i> |
| /visão estreita/ | | | /visão ampla/ |

A inexistência de sinônimos perfeitos dentro da mesma língua (e também entre línguas diferentes), é, por um lado, uma conseqüência derivada do caráter estrutural dos signos: o sentido dos elementos lingüísticos é um sentido relacional, como já vimos; por outro lado, esse fenômeno é, também, uma decorrência lógica das limitações inerentes à quantidade de informação envolvida nos processos informacionais, a qual se expressa, em termos de *previsibilidade*, por uma taxa que oscila entre os limites de zero (informação totalmente imprevisível, teoricamente correspondente à *informação absolutamente nova*) e um (informação totalmente previsível, teoricamente correspondente à *informação absolutamente velha*). A *previsibilidade zero* e a *previsibilidade um* assinalam, ambas, as fronteiras do *universo do não-sentido*, e por isso marcam limites inatingíveis na prática lingüística. Se uma mensagem atingisse a taxa zero de previsibilidade, a informação absolutamente nova, o *código* seria destruído; mas, se uma mensagem atingisse a taxa um de previsibilidade, a da informação absolutamente velha ou da redundância absoluta, a mensagem (que é, essencialmente, produto do exercício da liberdade de escolhas do falante) seria destruída. Ora, uma redundância absoluta (que seria, além de uma impossibilidade lógica, um desperdício, em termos de economia lingüística) só seria possível se se desse o caso de existirem, nas línguas naturais, os hipotéticos sinônimos perfeitos.

Em contrapartida, as línguas naturais não possuem, tão pouco, *antônimos perfeitos*. Assim, podemos transpor para a área da antonímia as observações que fizemos no tocante à sinonímia.

As gramáticas costumam apresentar extensas listas de palavras como (ingl.) *big e little, high e low*, às quais chamam de antônimos porque, segundo afirmam, possuem *sentidos opostos*. Mas o que quer dizer *possuir sentidos opostos*? Significa *oposto por contrariedade* ou *oposto por contraditoriedade*? (69)

(69) Julgamos que a relação lógica da *contrariedade* é a que se estabelece entre dois termos, A e B, quando A possui a característica semântica (*sema*)/s/ que está ausente do outro termo, B, sendo essa ausência notada /-s/.

Já a relação lógica de *contraditoriedade* é a que se estabelece entre dois termos, A e B, quando A possui a característica /s/ e B possui a característica /não s/ (*a contraditoriedade afirma e nega, ao mesmo tempo, uma mesma característica*; a *contrariedade*, no entanto, afirma a presença/ausência da mesma característica). Em resumo:

/s/ vs /-s/ = relação de contrariedade

/s/ vs /não s/ = relação de contraditoriedade.

Que a formação de antônimos a partir do estabelecimento de uma relação de contrariedade ou contraditoriedade entre dois termos é bastante produtiva, nas línguas naturais, atesta-o a existência de pares como *trazer / levar, puxar / empurrar, lembrar / esquecer*, etc., as quais integram enunciados que têm como ponto de referência o espaço em que se situa o sujeito da enunciação (marco zero na orientação espacial: “*aqui*”; marco zero na orientação temporal: “*agora*”).

A partir dessas comprovações, podemos aceitar, numa primeira abordagem, as definições seguintes:

- (a) são sinonímicos dois termos, *a* e *b*, se as frases que obtemos, comutando-os, possuírem, sob algum ponto de vista, sentidos correspondentes;
- (b) são antonímicos dois termos, *a* e *b*, se as frases que obtemos, comutando-os, possuírem, sob algum ponto de vista, sentidos opostos (contrários ou contraditórios).

Considerando a inexistência de sinônimos ou antônimos perfeitos, trata-se, em ambos os casos, de uma *transformação do sentido original da frase-corpus*, objeto das manipulações sino-antonímicas. Em qualquer dos casos, o fenômeno da sino-antonímia empenha, como se vê, *relações lógicas*, ou seja, *relações estruturais*. Isto significa que a sino-antonímia não é, contrariamente ao que se crê, uma propriedade das palavras em si, mas é, isto sim, uma propriedade estrutural do código, ou melhor, das relações que instauram as estruturas.

Se os elementos lingüísticos se definem *qua* valores, como viam Saussure e Hjelmslev, é porque eles estão como que fixados pela malha das relações internas que organiza o código lingüístico: a sinonímia é uma dessas relações (Lyons, 1970. 329), a antonímia é outra. São essas relações que, aplicadas a determinadas partes do vocabulário de uma língua, reorganizam-nas como microestruturas (campos semânticos, subcódigos...) análogas à estrutura mais inclusiva do código lexical. Por isso, Lepschy (1968. 163) escreve que o elemento *a* tem um sentido diferente de *b* se, feita a troca de *a* por *b* no contexto *x - y*, o sentido do enunciado *xb* for diferente do sentido do enunciado *xay*. Mas o que nos dirá, então, se *xb* possui ou não um sentido semelhante ao sentido de *xay*? A resposta é: um contexto mais vasto, *w - z*, capaz de incluir o contexto de partida, *x - y*, como, apenas, um de seus elementos constituintes. O sentido é uma decorrência do contexto: o sentido de um gramema de-

pende do seu contexto imediato, o lexema ao qual o gramema se prende, assim como o sentido das palavras depende do contexto frásico no qual elas se inserem, e o sentido das frases depende do contexto mais amplo do *texto* que as enclausura. Desse modo, uma frase como

3. *O círculo é quadrado*
 $x \quad a \quad y$

definida como “sem sentido” (na realidade, é uma frase cujos termos se ligam por uma relação antonímica de contraditoriedade), readquire sentido se a movemos para o interior de um contexto mais amplo:

4. *É errado dizer que o círculo é quadrado*
 $\begin{array}{ccccc} & & | & & | & & | \\ & & x & & a & & y \\ & & & & | & & \\ & & & & z & & \\ | & & & & & & \\ w & & & & & & \end{array}$

Essas operações de substituição entre elementos de códigos (ou sub-códigos) diferentes, explica boa parte dos mecanismos lingüísticos produtores dos efeitos retóricos e poéticos. Seja, por exemplo, $x - y$ o seguinte contexto:

5. *João feriu-se no com o revólver*
 $x \quad \quad \quad - \quad \quad \quad y$

Sendo $a = \text{pé}$, e $b = \text{pata}$, teríamos:

5a. *João feriu-se no pé com o revólver*
 $x \quad \quad \quad a \quad \quad \quad y$

Comutando-se $a : b$, construiríamos a frase

5b. *João feriu-se na pata com o revólver*

Em 5a. temos um enunciado *mono-isotópico*, pois ele nos dá apenas uma informação sobre o que aconteceu a João; em 5b., temos um enunciado *bi-isotópico*: ele nos dá, tal como 5a., uma informação sobre o *que* aconteceu a João, mas, ao mesmo tempo, ele informa *quem é* João. Em outros termos, a troca de a de xay por b formando xby , provocou uma transformação sensível do sentido de xay , passível de levar à interpretação do termo b como antonímico do termo a , na medida em que a contém o marcador semântico

/humano/ (sendo um item léxico do subcódigo referente a pessoas), quando *b* contém o marcador semântico /animal/ (sendo um item léxico do subcódigo referente a animais). Se atualizarmos a oposição virtual entre os dois subcódigos, envolvidos, então *pé* e *pata* valem como *antônimos* e são mutuamente incompatíveis no contexto *x - y*. Situadas, contudo, no interior de um contexto maior, por exemplo,

6. A parte dos membros inferiores com a qual os seres animados apóiam-se no solo chama-se...

elas podem ser palavras sinonímicas. No código da língua portuguesa, *pé* e *pata*, que pertencem à mesma classe de sentido “extremidade inferior dos membros inferiores dos seres animados”, são expressões sinonímicas. Em conclusão: as palavras *pé* e *pata* são sinônimas enquanto membros do mesmo código, mas são antônimas enquanto membros de diferentes subcódigos.

Quando elementos de diferentes subcódigos aparecem contextualizados na mesma frase, ocorrem *efeitos de sentido* retóricos ou poéticos. Seja o contexto *x - y* possuidor de marcadores semânticos do subcódigo da /temporalidade/:

7. Há um ... atrás
 x y

Se preenchermos o ponto lacunar do contexto, com um termo *a* que contenha, também, um marcador semântico /temporalidade/, o resultado é uma *frase banal, no grau zero*:

8. Há um minuto atrás
 x a y

Isso se dá, entre outras razões, porque o termo *a* pertence ao mesmo subcódigo já assinalado pelo marcador semântico /temporalidade/, presente em 7. Suponhamos, no entanto, que a lacuna do contexto 7 seja ocupada por um termo pertencente a um subcódigo diferente, cujo marcador temporal seja /sentimentos disfóricos/; teríamos, então, a substituição de *a* (*minuto*), do subcódigo A, por *b* (digamos, *desgosto*), do subcódigo B:

9. Há um desgosto atrás ⁽⁷⁰⁾
 x b y

(70) É um modo de explicar o mecanismo que engendrou o célebre verso *A grief ago*.

Se entre o termo comutado, *a*, e o termo comutante, *b*, houver uma *relação de similaridade*, então *b* é uma *metáfora* de *a*. Assim, *b*, *pata*, na frase 5b (*João feriu-se na pata...*) é uma metáfora de *a*, *pé*.

Se, por outro lado, entre o termo comutado, *a*, e o termo comutante, *b*, existir uma *relação de contigüidade*, de tal modo que

- (I) *b* é parte constituinte de *a*;
- (II) *b* é *causa*, sendo *a* o *efeito* (ou vice-versa);
- (III) *b* é *conteúdo* e *a* é o *contigente* (ou vice-versa),
então *b* é uma *metonímia* de *a*. Temos metonímias em:

- 10. “Ganhar o *pão*...” (caso (I): *a* = *alimento*, o todo;
b = *pão*, parte desse todo);
- 11. “... com o *suor*...” (caso (II): *a* = *cansaço*, a *causa*;
b = *suor*, o *efeito*);
- 12. “Beber um *copo*” (caso (III): *a* = *cerveja*, *água*, etc.,
o *conteúdo*; *b* = *copo*, o *contigente*).

6.3.4.4. Metáfora e Metonímia

6.3.4.5. Sinédoque Particularizante e Sinédoque Generalizante

6.3.4.6. Polissemia

Em 6.3.1. vimos que os campos semânticos são estruturados a partir de associações mnemônicas cujo ponto de partida é aleatório. Dada uma palavra qualquer, podemos associá-la mentalmente com várias outras, através do mecanismo dos parciais semânticos iguais. É o que ocorre nos jogos de “palavra-puxa-palavra”.

Seja, por exemplo, a palavra *embarcação* (as flechas indicam associação):

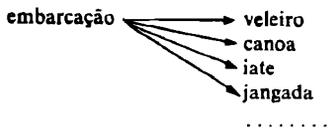
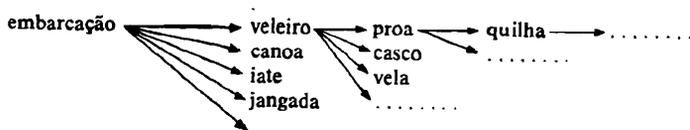


FIG. 38 (adaptado de Dubois, Jacques *et al.* 1970.104)

As palavras ligadas pela flecha à palavra *embarcação* pertencem, todas, a uma mesma classe de sentidos: elas formam um *paradigma semântico* (cf. 2.5.3.). Como a relação conjuntiva que as corre-

laciona em nossa memória da língua é um mecanismo dinâmico e aberto, qualquer das palavras dessa classe paradigmática pode converter-se, por sua vez, em novo ponto de partida para a criação de outros campos semânticos. A aplicação continuada da mesma operação associacionista pode dar-nos, por exemplo, a seguinte série de elementos (Fig. 38).



A Fig. 38 enseja as seguintes observações:

(1) uma *leitura vertical das colunas* nos proporciona elementos de dois campos semânticos diferentes (a primeira coluna resume o campo semântico das *embarcações*, e a segunda resume o campo semântico das *partes constituintes dos veleiros*), dominados cada um deles pelo termo à esquerda, de onde partem as flechas.

Em relação ao sentido, há uma importante diferença a assinalar entre as duas colunas:

(1a) Os elementos da primeira coluna podem ser descritos, de modo sumário mas compreensível, através de dois marcadores semânticos, o primeiro dos quais é, obrigatoriamente, /embarcação/, sendo o segundo um marcador que caracteriza especificamente o elemento a ser descrito. Por exemplo:

veleiro = /embarcação/ + /a vela/;

jangada = /embarcação/ + /de paus roliços/, etc.

Os elementos da primeira coluna pertencem à mesma classe paradigmática, porque qualquer um deles pode designar, por si mesmo, uma embarcação e, no tocante a essa designação, a presença de um deles, numa frase, exclui automaticamente a presença de qualquer outro membro da mesma classe; na frase

1. A embarcação era um(a) ...

a lacuna pode ser preenchida ou por “veleiro”, ou por “canoa”, ou por “iate”, ou por “jangada”, pois tais elementos são *semelhantes*. Mas eles *não são iguais*: cada um desses termos do subcódigo das *embarcações* pertence a um subsubcódigo diferente; *jangada* e *ca-*

noa são embarcações para a *pesca*, *veleiro* é embarcação para a prática desportiva, *iate* é uma embarcação de *recreio*. A substituição de um elemento pertencente a um desses subcódigos por outro elemento pertencente a outro subcódigo produz uma *metáfora* (cf. 6.3.4.3.3.):

2. O jangadeiro saiu a pescar no seu *iate*
3. O milionário organizou um cruzeiro no Mediterrâneo, a bordo da sua *jangada*

(1b) Já os elementos arrolados na segunda coluna, *proa*, *casco*, *vela*, não são embarcações, mas partes delas: o mecanismo pelo qual os associamos foi o da *análise* (= decomposição de um todo em suas partes constituintes), sendo o *todo*, neste caso, o *veleiro*, membro da primeira coluna. Nenhum dos membros da segunda coluna constitui, por si só, uma *embarcação* e a prova disso é que podemos defini-los através do marcador semântico /parte de uma embarcação/, seguido do marcador semântico específico. Por exemplo:

proa = /parte de uma embarcação/ + /dianteira/

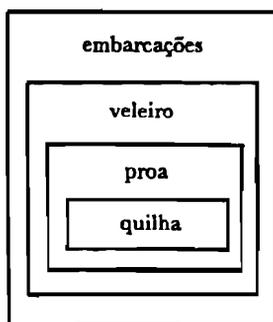
casco = /parte de uma embarcação/ + /que entra em contacto com a água/

Sendo partes de uma embarcação, tais elementos podem ocorrer na mesma frase:

4. A embarcação se compunha de *proa*, *casco*, *vela*,...

(2) uma *leitura horizontal* da Fig. 38 põe em evidência uma série de relações (sintagmáticas) de inclusão, de duas ordens:

(2a) feita *da esquerda para a direita*, passamos de elementos generalizantes para elementos cada vez mais particularizantes: *embarcação* é o termo mais abrangente, ao passo que *quilha* é o mais abrangido (a *quilha* é parte da *proa* que, por sua vez, é parte de um *veleiro*, o qual por sua vez é um tipo de *embarcação*):



(2b) feita da direita para a esquerda, passamos dos elementos mais particularizantes para os elementos mais generalizantes. A metonímia, que já vimos construir-se no eixo sintagmático, diz respeito tanto a fenômenos que relevam da ordem de (2a) quanto da ordem de (2b), acima. Tal como a concebemos, aqui, a denominação *metonímia* pode ser aplicada na qualidade de palavra-cobertura para dominar dois tropos diferentes: a *sinédoque generalizante* e a *sinédoque particularizante*.

Temos *sinédoque generalizante* quando *b*, o termo comutante, é o *todo* em relação ao qual, *a*, o termo comutado, é ou uma *espécie* ou uma *parte constituinte*, ou seja, quando se dá o caso (2a) acima. Exemplo:

5. O jangadeiro saiu na sua *embarcação* (*a* = jangada; *b* = embarcação)

Temos *sinédoque particularizante* quando *b* é uma parte constituinte de *a*, o termo comutado — caso (2b), acima —:

6. Saiu o jangadeiro com sua frágil *quilha* (*a* = jangada, o todo; *b* = quilha, a parte).

Uma palavra qualquer, *iate*, por exemplo, pode assumir diferentes valores conforme as relações estruturais que a afetem. Esses valores podem repropor, até mesmo, uma nova convenção associativa entre o plano do conteúdo e o plano de expressão dessa palavra. Assim, a relação entre o plano de expressão (PE) e o plano do conteúdo (PC) da palavra *iate*, definida nos termos da norma lingüística (cf. 2.2.2.), ou seja, em grau zero, pode ser visualizada como segue (Fig. 39):



FIG. 39 — O signo em grau zero

Se ao PC “iate” fizermos corresponder não o PE [ˈjati] mas o PE de outro membro qualquer da mesma classe paradigmática, pertencente a um subcódigo diferente (cf. a frase 3, acima), teremos uma metáfora, representada na Fig. 40:



FIG. 40 — Metáfora

Mas o sentido “iate” pode ser dado, também, por membros de outros paradigmas, com os quais ele esteja numa relação lógica de inclusão o que dará origem a uma sinédoque generalizante, se “iate” for o termo incluído (cf. Fig. 41)

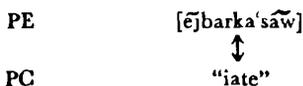


FIG. 41 — Sinédoque Generalizante

ou a uma sinédoque particularizante, se se der o caso de ser “iate” o termo incluínte (cf. Fig. 42):



FIG. 42 — Sinédoque Particularizante

Uma representação esquemática desse conjunto de fenômenos é dada abaixo, na Fig. 43 (as letras maiúsculas usam-se para o PE, as minúsculas para o PC):

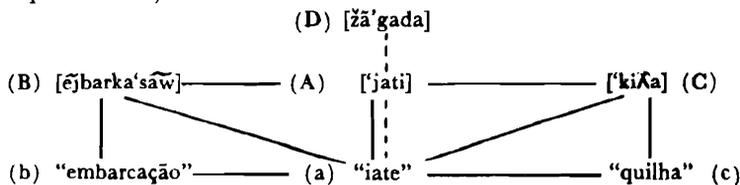


FIG. 43 — Representação Conjunta das Figuras 39 a 42

da mesma língua. Quais são os traços distintivos que compõem o “objeto mental” *cadeira* e fazem de “cadeira” uma unidade léxica?

Se uma pessoa dá regularmente a resposta /x/ quando a colocamos diante de uma série de objetos ($x^1, x^2 \dots x^n$), então /x/ é a *unidade léxica* (na terminologia de Pottier, *lexia*) que designa tais objetos nessa língua. Tomando vários objetos designados pela lexia “cadeira”, façamos a descrição de cada um deles do modo mais completo (Fig. 46). O símbolo “q” designará as características encontradas em todos eles e os sinais (+) e (–) marcarão, respectivamente, a existência ou não dessas características em cada cadeira individualmente considerada.

	Cad. 1	Cad. 2	Cad. 3 Cadeira n
q ¹ = encosto	+	+	+	+
q ² = veludo	+	–	–	(+) –
q ³ = 4 pés	+	–	+	+ (–)
q ⁴ = de madeira ...	–	+	–	– (+)
q ⁵ = para sentar-se .	+	+	+	+

FIG. 46

Esse levantamento faz surgir um certo número de problemas. Em primeiro lugar, certas características recebem sempre uma resposta “sim” (+), ao passo que outras recebem respostas “sim” ou “não” (+ / –). Isso se deve à presença eventual de traços adicionais em determinadas cadeiras (ser de “veludo”, etc.). Tais traços não são *pertinentes porque não são constantes*. Assim, a pergunta sobre se a cadeira tem quatro pés nem sempre pode ser respondida com um “sim”: há cadeiras com três pés, por exemplo. Desse modo verificamos que o número de pés é *variável*, mas o *ter pés* é uma *constante* (por isso é traço pertinente).

Consideraremos que numa série de N objetos, o traço q é pertinente (ou seja, é uma unidade mínima de plano de conteúdo — ou sema “s” —), se ele aparecer n vezes. Completando a Figura 46, temos (Fig. 46-A):

	Cad. 1	Cad. 2	Cad. 3	Cad. N
s_1 = encosto	+	+	+		(+)	+
s_2 = veludo	+	+	-	(+ / -)	(-)	-
s_3 = com pés	+	+	+		(+)	+
s_4 = de madeira ...	-	+	+	(+ / -)	(-)	-
s_5 = para sentar-se .	+	+	+		(+)	+
s_6 = para uma pessoa	+	+	+		(+)	+
s_7 = vermelha	+	-	-	(+ / -)	(-)	-
... ..						

FIG. 46-A

Na coluna reservada à “cad. N” (súmula abstrata de todas as cadeiras) aparece um certo número de traços pertinentes (semas) que ocorrem n vezes (marcados por +):

- s_1 = com encosto
- s_3 = com pés
- s_5 = para sentar-se
- s_6 = para uma pessoa

Esse conjunto constitui o *semema* de /cadeira/. A *lexia cadeira* tem um *semema absoluto* cujos elementos (ou semas) *constantes* assim se organizam:

$$S_a \text{ (cadeira)} = s_1 + s_3 + s_5 + s_6$$

Se repetirmos a experiência com “poltrona”, seu semema será:

$$S_a \text{ (poltrona)} = s_1 + s_3 + s_5 + s_6 + s_8$$

onde s_8 = com braços.

Pottier efetuou alguns testes para mostrar que o sema s_3 é o traço semântico pertinente para diferenciar “cadeira” de “poltrona”. Em questionários realizados em Nancy e Poitiers pediu a alunos que completassem as duas frases francesas:

1. *Je voudrais m'asseoir sur* “Quería assentar-me sobre...”
2. *Je voudrais m'asseoir dans* ... “Quería assentar-me numa...”

As respostas ao teste 1 indicavam, indiferentemente, “cadeira” ou “poltrona”; nesse caso era o sema “para sentar-se” que entrava em

jogo. Mas ao completar a questão 2, a resposta mais freqüente foi “fauteuil” “poltrona”. Tratava-se, então, do “s₈”, pois há em francês uma oposição “sur”/“dans” do tipo “não interioridade” / “interioridade”. A “interioridade”, traço presente em “dans”, sugere o bloqueio de “cadeira” (desprovida de braços) e a aceitação de “poltrona” (contendo o sema “com braços”).

A comparação entre os dois sememas, incluídos no mesmo conjunto de objetos (“móveis”) capacita-nos a isolar o *semema relativo* de cada um deles. Com efeito, “cadeira” e “poltrona” possuem quatro semas em comum, tendo “poltrona”, exclusivamente, além dos semas compartilhados com “cadeira” mais o sema “com braços”:

$$S_a \text{ “cadeira”} = s_1 + s_3 + s_5 + s_6$$

$$S_a \text{ “poltrona”} = s_1 + s_3 + s_5 + s_6 + s_8$$

Isto equivale a dizer, que, *dentro de um mesmo conjunto de objetos*, “cadeira” e “poltrona” se definem, *relativamente um a outro*, do seguinte modo:

- (a) apresentam os semas comuns “s₁ + s₃ + s₅ + s₆”;
- (b) “poltrona” possui, além dos semas presentes em (a) acima, mais s₈ (o sema “com braços”);
- (c) “cadeira” possui, além dos semas presentes em (a) acima, mais um *sema relativo* (s₈), marcado negativamente, e que define “cadeira” *relativamente àquilo que nela falta quando a comparamos com “poltrona”*. (72) Assim:

$$S_a \text{ absoluto “cadeira”} = s_1 + s_3 + s_5 + s_6$$

$$S_a \text{ relativo “cadeira”} = s_1 + s_3 + s_5 + s_6 + (-s_8)$$

(72) Por “semema relativo” compreende-se “semema relativo a um conjunto dado”. Em relação a um conjunto dado, ou seja, a um mesmo *campo semântico*, o semema relativo permite isolar os parciais iguais (mercê aos quais diferentes sememas se reúnem em campos associativos) e, ao mesmo tempo, isolar os parciais diferentes (graças aos quais distinguimos, no interior do mesmo campo semântico, seus vários elementos). É esse o interesse dos *arquissememas* (= sema que domina um campo semântico).

6.3.5.2. A Definição do Arquissemema

6.3.5.3. Arquissemema e Arquilexema

O arquissemema é o sema que domina um campo semântico qualquer. Ele se define como a intersecção dos sememas componentes de um mesmo campo associativo. Seja:

s_1 = com encosto ; s_2 = com pé(s)
 s_3 = para uma pessoa ; s_4 = para sentar-se
 s_5 = com braços ; s_6 = com material rígido

Um levantamento dos semas pertinentes de cinco objetos do mesmo campo (cadeira, poltrona, tamborete, canapé e "pouf"), daria o seguinte quadro (Fig. 47):

	s_1	s_2	s_3	s_4	s_5	s_6	
cadeira	+	+	+	+	-	+	= S^1
poltrona	+	+	+	+	+	+	= S^2
tamborete	-	+	+	+	-	+	= S^3
canapé	+	+	-	+	+	+	= S^4
pouf	-	+	+	+	-	-	= S^5

FIG. 47

A leitura horizontal desse quadro, da esquerda para a direita, dá dos sememas de cada objeto considerado (S^1 = cadeira, S^2 = poltrona, S^3 = tamborete, S^4 = canapé, S^5 = "pouf") uma dupla definição. Assim:

$$S^1 \text{ absoluto de "cadeira"} = s_1 + s_3 + s_2 + s_4 + s_6$$

(ou seja, com encosto, com pés, p/ uma pessoa, p/ sentar-se, de material rígido);

$$S^1 \text{ relativo de "cadeira" } = s_1 + s_2 + s_3 + s_4 + (-s_5) + s_6$$

(ou seja, os mesmos semas anteriores mais um sema "negativo" ($-s_5$): menos o sema "com braços".) *Vê-se, aqui, que a definição do semema:*

- (a) é feita não a partir do *significante*, mas de traços mínimos do plano do conteúdo;
- (b) é feita *diferencialmente*, como postulavam Saussure ("na língua não há senão diferenças") e Hjelmslev. Visto no interior de um mesmo campo semântico cada semema apresenta, ao mesmo tempo, *um aspecto conjuntivo* (que lhe permite integrar-se nesse campo particular) e *um aspecto disjuntivo*, sua diferença específica (que lhe permite indiar-se frente aos demais sememas desse campo).

Mas podemos também fazer uma leitura vertical da Fig. 47, de cima para baixo. Isolaremos, então, os *semas* que se comportam como *invariantes* no interior do mesmo campo. (73)

Dos seis semas arrolados, apenas dois (s_2 e s_4) estão presentes em todos os sememas considerados (em n objetos aparecem n vezes).

Eles constituem a intersecção dos conjuntos relativos dos seis sememas vistos ($S^1, S^2, S^3, S^4, S^5, S^6$):

$$S^1 \cap S^2 \cap S^3 \cap S^4 \cap S^5 \cap S^6 = (s_2, s_4)$$

Reunidos num conjunto sêmico, s_2 (= com pés) e s_4 (= para sentar-se) formam o semema de uma unidade léxica da língua portuguesa: eles definem o semema de "assento" (fr. *siège*, esp. *asiento*).

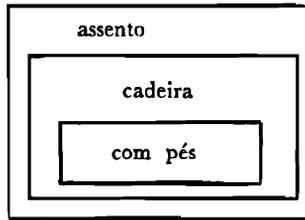
O "assento" se define, aí, como um objeto que está elevado do solo (isto é, "com pés") e que serve à função de sentar-se. *Assento* é uma *cover-word* que por ser a *base comum* de um *campo semântico* ao qual *domina* (o campo semântico dos "assentos"), é um *arquilexema* (como *fruta*, *docentes*, *parentes*, etc.). Por outro lado, como os semas que compõem seu plano de conteúdo formam um *semema* que é a *base comum* invariante para qualquer outro semema do campo dos *assentos*, o semema de /assento/ é um *arquissemema*. (74)

(73) Tais *semas invariantes* constituirão o *núcleo sêmico*, ou *figura sêmica* na semântica de A. J. Greimas.

(74) O arquilexema "assento" é por sua vez dominado, no interior de um campo semântico mais vasto, pelo arquilexema "móveis", sendo "móveis" dominado, num campo mais abrangente, pelo arquilexema "artefatos", etc.

Como nota Kurt Baldinger (1970. 83), o arquissemema é comum a todos os sememas do mesmo conjunto conceptual (campo) mas é traço distintivo diante de outros sistemas conceptuais (de “móveis”, por exemplo). Desse modo, a relação entre arquissemema e semema, entre semema e sema, é de *implicação* (ou de englobante / englobado):

arquissemema \subset semema; semema \subset sema
ou:



Pelo estudo de B. Pottier, vê-se que os conteúdos de uma língua natural se deixam captar dentro de um processo generalizador, segundo o qual cada traço do conteúdo (sema) é reunido em um conjunto (semema), ligando-se esse conjunto a outros, formando *campos associativos* dominados por uma mesma base comum de *semas invariantes* (*núcleos sêmicos*), os quais, se se formalizam ao nível de manifestação das línguas como unidades léxicas, são *arquilexemas* dotados, na estrutura imanente, de um semema (*arquissemema*) comum, como *núcleo sêmico*, a qualquer dos elementos do campo. Cada campo é, por sua vez, dominado por um campo mais amplo:

	2 caniches	
+	4 perdigueiros	
	6 cães (arquilexema 1)	
	6 cães	
+	3 gatos	
	9 animais (arquilexema 2, mais geral do que 1)	
	9 animais	
+	2 homens	
	11 seres vivos (arquilexema 3, mais geral do que 2)	
	11 seres vivos	
+	2 móveis	
	13 “coisas” (arquilexema universal, o mais geral da língua).	

Palavras como “coisa”, “troço”, “negócio”, capazes de substituir todos os substantivos da língua, e, às vezes, até nomes de pessoas,

("coisa, como é que você se chama?"), constituem os arquilexemas mais gerais. "Coisa" se comporta, em português, como um arquilexema universal.

Observações:

- (a) O ponto de partida do estudo de Pottier é a *lexia* "cadeira", não o objeto "cadeira";
- (b) na instância de manifestação das línguas não temos "sememas", temos "lexias" (*lexia* = lexicalização memorizável de um semema; *arquilexia* = lexicalização de um arquilexema).

6.3.5.4. *Classemas*

6.3.5.5. *Ambigüidade Classemática*

Em 1963, no artigo *Recherches sur l'analyse sémantique en Linguistique et en traduction mécanique*, B. Pottier procurava definir o conteúdo da unidade léxica "cadeira". Partia, então, das unidades mínimas (semas) e se encaminhava daí para a definição de unidades mais vastas (semema, arquissemema). No decorrer de seus estudos, aquele semanticista percebia que toda unidade léxica está no cruzamento de dois movimentos semânticos:

- (a) um deles, relaciona as unidades mínimas do conteúdo no interior da própria *lexia* (semas específicos, cujo conteúdo constitui o semema);
- (b) o outro, põe esse semema em relação com classes semântico-funcionais de distribuição, pertencentes à *langue* mas selecionadas no interior de frases (classemas).

Por isso, na segunda parte daquele mesmo trabalho de 1963, Pottier inverte o procedimento que seguira na primeira parte. Ele procederá, a seguir, do mais geral (classes funcional-semânticas ou classemas) procurando identificar os elementos que sejam capazes de saturar as três primeiras classes em que divide todos os sememas da língua: a classe dos objetos, a dos animais e a das pessoas.

Se perguntarmos

1. Você viu o ...?

a lista de substantivos capazes de se seguir a “o” é não significativa, já que tal substantivo poderia pertencer, indiferentemente, à classe dos objetos, dos animais ou das pessoas. Mas se perguntarmos

2. Voulez-vous l'*amener* votre ...? ou

3. Voulez-vous l'*apporter* votre ...?

aparece claramente uma diferença significativa entre os substantivos capazes de saturar os predicados presentes em 2. e 3. Eles seriam assim classificados:

2. Voulez-vous l'*amener* votre...?

objetos: *n* respostas

animais: *n* respostas

pessoas: *n* respostas

3. Voulez-vous l'*apporter* votre ...?

objetos: *n* respostas

animais: *O* respostas

pessoas: *O* respostas

Percebe-se que *apporter* seleciona seus termos saturadores segundo um esquema de compatibilidade / incompatibilidade contextual que divide os substantivos pertencentes à classe dos objetos como elementos compatíveis (para saturar o predicado *apporter*), opondo-os aos substantivos pertencentes à classe dos animais e/ou das pessoas, como elementos incompatíveis.

apporter { + classe A de substantivos (designam objetos)
 { - classe B de substantivos (designam animais e/ou pessoas)

amener { + classe A ou B de substantivos

A realização de uma série maior de testes do mesmo tipo proporcionou os seguintes resultados, no que se refere às compatibilidades/incompatibilidades:

4. *Qu'est-ce qu'elle rumine, ma ...?* (“O que é que ela ruma, a minha ...?”)

objetos: *O* respostas

animais: *3* respostas

pessoas: *32* respostas

Ou seja:

ruminer { - classe A de substantivos
 { + classe B de substantivos

só subsidiariamente, aos substantivos portadores do clasema /animado não humano/ já que o *animal*, de acordo com o exemplo 7.b, pode funcionar ora como uma *coisa* (7.b, Sentido II), ora como uma pessoa (7.b., Sentido I).

A classe dos substantivos portadores do clasema /inanimado/ pode ser dividida em duas subclasses, a dos “objetos materiais” e a dos “objetos não materiais”:

8. João abriu a *caixa de sapato*

 /inanimado material/

9. João abriu a *sessão*

 /inanimado não material/

Como o verbo *abrir* contém duas valências (possibilidades de ser saturado), a de “objeto material” e a de “objeto não-material”, conforme se vê nas frases 8 e 9, esse verbo pode dar origem a frases ambíguas do tipo

10. João abriu o armazém

onde, se se atualiza para “armazém” o clasema /inanimado material/, obtém-se o Sentido I (“abrir o armazém com auxílio de uma chave”); se, ao contrário, se atualiza para “armazém” o clasema /inanimado não material/, teremos o Sentido II (“iniciar-se num ramo de comércio”).

A Fig. 48, abaixo, nos dá o resumo de quanto se viu até aqui:

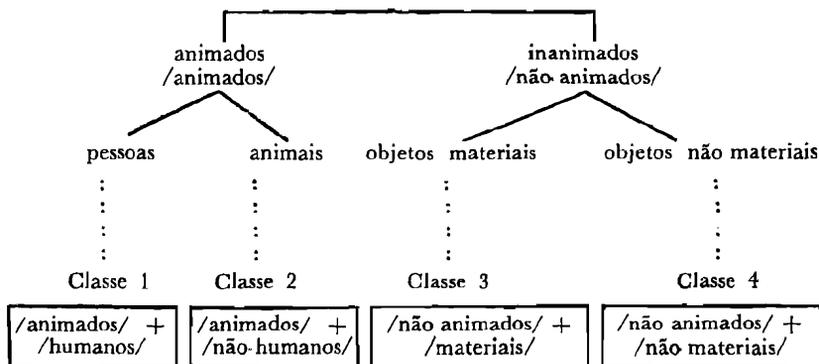


FIG. 48 — Clasemas

Où seja:

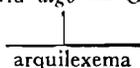
Subs. que designam	Classemas correspondentes
peessoas	Classemas 1: /animados/ + /humanos/
animais	Classemas 2: /animados/ + /não humanos/
objetos materiais	Classemas 3: /não animados/ + /materiais/
objetos não materiais ...	Classemas 4: /não animados/ + /não materiais/
peessoas e animais conjuntamente	Classemas 5: /animados/
objetos materiais e objetos não materiais conjuntamente	Classemas 6: /não animados/

FIG. 48-A

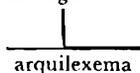
6.3.5.6. Arquilexemas e Classemas

Os arquilexemas comportam, ora classemas de determinada classe, ora classemas de várias classes tomados conjuntamente:

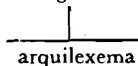
11. João viu *algo* — Classemas das classes 2 + 3 + 4



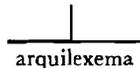
12. João viu *alguém* — Classemas da classe 1



13. João não viu *ninguém* — Classemas da classe 1



14. João não viu *nada* — Classemas das classes 5 + 6 (ou 1 + 2 + 3 + 4)



6.3.5.7. O Virtuema

Poder-se-ia perguntar se não seria possível particularizar ainda mais a divisão das classes semântico-funcionais localizadas. Parece,

com efeito, que as lexias incluem várias categorias semânticas que se deixariam interpretar como subdivisões dos classemas (subclassemas). Assim os objetos materiais são “côncavos”, “convexos”, “planos”, etc., os animais são “domésticos” ou “selvagens”. . . . Um “líquido” seria definido, se tais subclassificações fossem exequíveis, como algo que não pode ser quebrado, nem cortado ou comido. . . . Diz-se, por exemplo,

15. João bebeu um martíni

mas não se diz

16. * João comeu um martíni

Na realidade, nem sempre as coisas se passam desse modo. Diz-se, por exemplo, que um carro “come” gasolina, que um ouvinte desleal “torce” o nosso pensamento, etc.

A dificuldade para estabelecer coerentemente as subdivisões classemáticas repousa simplesmente, pensa Pottier, no fato de que elas pertencem ao domínio das *virtualidades lingüísticas*. Uma *cadeira*, de um lado, está dotada de um encosto, apóia-se sobre pés, destina-se para assento de uma única pessoa e, por outro lado, é um objeto material, dotado de *um número não finito de virtualidades*: ela pode ser quebrada, ser comprada ou vendida, etc.

Esse componente constitui o que mais tarde Pottier chamará de *virtuema* das unidades léxicas. O *virtuema* é uma zona instável da lexia, equivalendo às possibilidades que serão preenchidas, em cada caso particular, pelo contexto, pela situação, pela intencionalidade das pessoas que se comunicam, e assim por diante.

Tanto quanto podemos compreender, toda lexia compreende, segundo Pottier

- (a) *semas* — traços mínimos pertinentes no plano do conteúdo;
- (b) *semema* — um conjunto próprio de semas;
- (c) *virtuema* — possibilidades abertas (aproximadamente “valências”) ao nível da *langue*, a serem preenchidas por cada contexto-ocorrência em particular, ao nível da *parole*;
- (d) *classema* — categorias que permitem reunir os *lexemas* em *classes semântico-funcionais*, à base do mecanismo das compatibilidades/incompatibilidades contextuais;

Essa lexia, enfim, pode ser dominada por um

- (e) *arquilexema* — palavra-cobertura (“cover-word”), como “citra”, “veículo”, “móvel”, etc., que coerentiza um mesmo campo semântico, promovendo a intersecção de *subconjuntos semânticos* (ou seja, dois ou três semas componentes de dois ou mais sememas (“b”) diferentes.

Assim, (a) e (b), acima, definem o conteúdo da unidade léxica em si considerada, na dupla *perspectiva da parte para o todo* (“a”, o *sema*), e do todo em si (“b”, o *semema*); ambas compõem a Zona I da significação; “c” é um *sema virtual* capaz de, eventualmente, surgir como um constituinte do semema “b”, na dependência de cada contexto-ocorrência em particular (“c” é um *sema dependente do contexto*, que compõe a Zona II da significação); “d”, o *classema*, integra o *semema* “b” nas classes de que se compõe o *sistema* da “*langue*” (“d” forma a Zona III da significação); finalmente o *arquissemema* “e” integra o semema “b” num *campo semântico* determinado (o dos veículos, móveis, frutas, etc.), através de dois ou mais semas “a” que pertencem, por igual, a todos os diferentes sememas desse mesmo campo.

Um resumo desses resultados é apresentado por Pottier em “La définition sémantique dans les dictionnaires” (*apud* Baldinger, 1970, 89 ss.), e também no artigo intitulado “Hacia una semántica moderna” (hoje incluído em Pottier, 1970. 99-133).

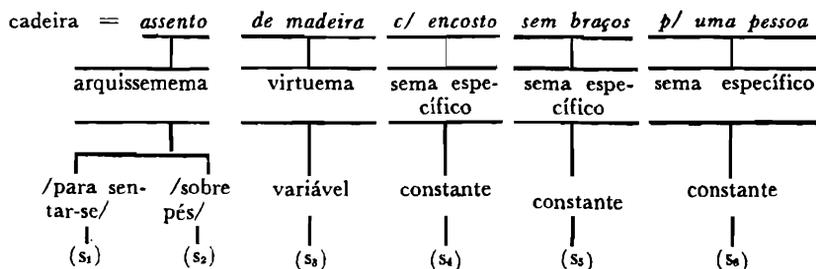
6.3.5.8. *A Definição do Semema Ocorrencial*

6.3.5.9. *Semas Invariantes: Específicos e Genéricos*

O processo da *definição* ilustra a composição de um semema. A definição inclui:

- (a) um *gênero próximo* e
- (b) uma *diferença específica*.

A definição é um mecanismo lógico que põe em jogo duas operações opostas: num primeiro momento aproxima-se a noção-objeto A a ser definida de uma noção-metalingüística B de compreensão



- (1) s₁, s₂, s₃, s₄, s₅, s₆ — Compõem um semema-ocorrencial de “cadeira”.
- (2) s₄, s₅, s₆ — São *semas constantes e específicos*. Cada um deles é necessário para individuar a lexia “cadeira” dentro de um mesmo campo semântico, pois cada um deles permite distinguir “cadeira” de outra lexia pertencente ao mesmo campo. Assim, s₄ “com encosto” opõe “cadeira” a “banqueta” (que contém o sema “sem encosto”); s₅ “sem braços”, opõe “cadeira” a “poltrona” (que contém o sema “com braços”); s₆ “para uma pessoa”, opõe “cadeira” a “sofá” ou “banco” (que contém o sema “para mais de uma pessoa”);
- (3) s₁, s₂ — Compõem o *arquissemema*, isto é, um subconjunto sêmico que está presente igualmente, em todos os sememas do campo dos “assentos”. Observar que s₁ + s₂, ao mesmo tempo em que coerentizam o campo dos “assentos”, formando como que a sua “fronteira interior”, servem, também, de demarcadores de sua “fronteira exterior”. Assim, no campo semântico mais amplo do “mobiliário”, s₁ “para sentar-se” se opõe a “para deitar-se” (presente no subcampo que reúne “cama”, “cama-turca”, “saco de dormir”, “cama-de-campanha”, “rede”, “esteira”, etc.);
- (4) s₃ — Compõe o *virtuema* e só entra numa definição ocorrencial de “cadeira” (porque é possível ter-se cadeiras feitas de outros materiais);
- (5) /não animado/ + /material/ + /rígido/, etc., são *classemas*.

6.3.5.10. Limites da Descrição Semântica da Palavra Isolada

6.3.5.11. Denotação e Conotação

A descrição semântica efetuada por B. Pottier sobre a lexia *chaise* “cadeira”, demonstra todas as virtudes e todos os limites das

tentativas que se têm produzido para definir a palavra isolada. Os aspectos mais positivos dessas técnicas — que Pottier apresenta de maneira impecável —, são:

- (a) ter definido a *unidade mínima do plano do conteúdo* (*sema* para Pottier, Buyssens, Greimas e outros; aproximadamente o mesmo que *semième* para Guiraud, *traços pertinentes* para Prieto, *figuras do conteúdo* para Hjelmslev);
- (b) ter possibilitado a descrição congruente dos *campos semânticos*, mostrando, com inteira clareza que os significados não se apresentam de modo caótico nas línguas naturais, pois se distribuem em redes estruturais que formam a malha dos campos (o campo do mobiliário, o dos veículos, o das relações de parentesco, etc.);
- (c) ter empreendido de modo sistemático a descrição do conjunto constitutivo do *semema*.

Por todas essas qualidades, o semanticista terá de partir sempre desses estudos, inevitável quadro de referência para uma semântica científica.

Mas, ao lado desses aspectos positivos, há aspectos menos seguros, que devem ser assinalados. Poderíamos resumi-los assim:

- (a) a noção de “palavra” é mais intuitiva e etnocêntrica do que científica: não está provado, por exemplo, que as palavras constituam um elemento universalmente presente nas línguas naturais (cf. 4.5);
- (b) por outro lado, não falamos por “palavras” ou “signos”; falamos por *textos* cujo plano de expressão possui dimensões muito variáveis. E a relação entre uma e outra não é, simplesmente, a relação metonímica (da *pars ex toto*); mais do que uma totalidade produzida pela soma linear de suas partes, os enunciados são conjuntos que não são iguais à soma dos constituintes, as palavras. “Essa *relação gestaltista*, nós a vemos funcionando em N. Trubetzkoy, V. Bröndal, e L. Hjelmslev. Dar-lhe-emos, aqui, a forma plasmada por N. Chomsky e G. A. Miller:

comp. (x) comp. (y) comp. (xy) ⁽⁷⁶⁾

(76) A abreviatura *comp.* lê-se: “compreensão”.

efeitos de sentido totalmente originais, quando empregados num sub-código mítico ou retórico.

Entre as linhas de descrição semântica que procuraram responder a essas e outras limitações da semântica da palavra isolada, destacaremos, a seguir, a linha da semântica contexto-situacional tal como ela é praticada, na atualidade, por um de seus mais hábeis cultores, Oswald Ducrot.

6.3.6. A SEMÂNTICA CONTEXTO-SITUACIONAL

“— En una adivinanza cuyo tema es el ajedrez, cuál es la única palabra prohibida?

Reflexioné un momento y repuse:

— La palabra *ajedrez*.

— Precisamente — dijo Alberto —. (...) Omitir *siempre* una palabra, recurrir a metáforas ineptas y a perífrases evidentes, es quizá el modo más enfático de indicarla.”

JORGE LUÍS BORGES — “El Jardín de Senderos que se Bifurcan”. *In: Obras Completas*, 4.^a imp., 1965, B. Aires, Emecê, Vol. II, 109.

“Esta loja só fecha aos domingos” implica “Esta loja está aberta nos demais dias da semana”.

CHERRY, 1971.345

A linha da semântica contexto-situacional encontra-se, certamente, entre as correntes mais venerandas da descrição do sentido. Ela é, ao mesmo tempo, uma corrente de inspiração nitidamente européia, e, nos seus primórdios, não passou de um subproduto das especulações filosóficas dos antigos gregos sobre o sentido e a palavra.

Tendo na sua origem obras como o *Cratilo*, de Platão, pode parecer paradoxal que essa corrente, que nascera sob o signo do nominalismo, viesse a recobrar forças com o desenvolvimento de uma ciência tão vincadamente realista e positivista como foi a Sociologia dos finais do século XIX. Mas tal fato há de estranhar menos quando nos capacitamos do interesse que devotaram à relação língua-sociedade os primeiros grandes linguistas modernos, que foram, de formação, antropólogos e sociólogos, como F. Boas, B. L. Whorf, E. Sapir e B. Malinowski. Mais do que ao estudo da língua, pode-se dizer que esses sábios dedicaram-se ao estudo da *linguagem*, na sua qualidade de atividade humana, exercida no interior de uma cultura

e de uma sociedade, através da comunicação. O fundamental, em suas obras, era essa atividade (já vimos que Malinowski, por exemplo, considerava a língua como, literalmente, *um modo de agir*), sendo um sistema lingüístico inconcebível fora dos quadros da ação social, da cultura que é o seu meio: tudo o mais, palavras, níveis, mudanças, deveria ser tomado como meras funções das relações linguagem-situação. Assim, B. Malinowski podia escrever em *Coral Gardens and Their Magic*, que as *palavras isoladas* são apenas uma ficção lingüística e que “nem mesmo uma frase pode ser considerada um dado lingüístico completo. Para nós, um fato lingüístico real consiste em um enunciado completo dentro do quadro da sua situação” (*apud* Dinneen, 1970, 406).

A idéia de que aquilo que os signos designam está condicionado pelo contexto da sua utilização e pelos fins a que seu uso se destina será mais amplamente desenvolvida em Firth: “As técnicas de que aqui tratei compõem uma análise mais empírica que teórica. Ela pode ser descrita como uma contextualização em série de nossos fatos, contexto dentro de contexto, cada um dos quais dotados de uma função, de um órgão do contexto maior, ao passo que *todos os contextos encontram um posto dentro daquele que se pode definir como contexto de cultura*” (*apud* Dinneen, *op. cit.*, 417). Assim, não só o sentido de uma frase é um sentido holofrástico, mas, ainda, tal *sentido do enunciado é concebido como uma função do sentido maior da enunciação*.

Contra o fundo dessas concepções entender-se-á melhor a semântica de Oswald Ducrot.

6.3.6.1. A Semântica de Ducrot

Oswald Ducrot parte do *ato de enunciação* e não do *enunciado*: para ele o enunciado não constitui *um fato*; os únicos dados de que o semanticista dispõe, afirma ele (1969; 1972; 1972a), são as múltiplas ocorrências possíveis de um enunciado nas diversas situações em que o empregamos. Assim o sentido é algo que releva do *enunciado “hic et nunc”*. Por isso, falar sobre o sentido de um enunciado fora das circunstâncias possíveis da sua ocorrência, isto é, fora do contexto e da situação, noções às quais Ducrot se refere englobadamente através do termo *contexto* — equivale a abandonar o terreno da experiência e da comprovação, para construir uma hipótese que será sempre carente de demonstração.

Ducrot afirma que não existe na realidade nenhum enunciado que ocorra extra contexto. Um enunciado pode apresentar um contexto de dimensões extremamente reduzidas, mas ele possuirá, sempre, um contexto — aquele da situação que põe em contacto dois interlocutores —. É desses fundamentos que partem os estudos de Ducrot.

Para ele, a descrição semântica de uma língua *L* é o conjunto de conhecimentos que permite prever, tendo sido pronunciado um enunciado *A* da língua *L* dentro das circunstâncias *X*, o sentido que a ocorrência de *A* tomou nesse contexto (cf. Fig. 49, abaixo):

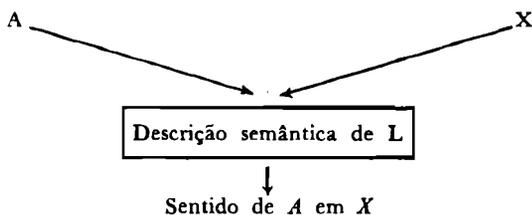


FIG. 49 — A Descrição do Sentido, Segundo Ducrot

A Fig. 49 mostra que a descrição semântica constitui um conjunto extremamente heterogêneo, pois, além de fatores lingüísticos, ela inclui fatores sociológicos e psicológicos, etc., todos os fatores, em suma, que participam das circunstâncias *X* de manifestação dos enunciados. Ducrot acredita que não podemos desprezar nenhum desses fatores pois são eles, em última instância, os responsáveis pela “leitura plural” de uma frase como

1. Que belo dia!

cujos sentido, em certas circunstâncias, equivale a

1.a. Que tempo horrível!

e, em outras, a

1.b. Não temos muita coisa para nos dizer um ao outro..., etc.

Parece-lhe que isso significa, enfim de contas, que *qualquer frase pode veicular qualquer significação*.

Essa constatação, longe de implicar a impossibilidade da descrição semântica das línguas naturais, deve conduzir o pesquisador

a formular uma *hipótese descritiva* que englobe subsídios oriundos das ciências humanas. Na elaboração da sua hipótese, Ducrot retorna ao retângulo da Fig. 49 para dividi-lo em duas partes:

- (a) uma primeira parte — a do *componente lingüístico* — atribui a cada enunciado A , independentemente de qualquer contexto, uma certa significação, A' ;
- (b) uma segunda parte — a do *componente retórico* — incidindo sobre A' , tem o papel de prever a significação ocorrencial efetiva de A na situação X .

Figuradamente:

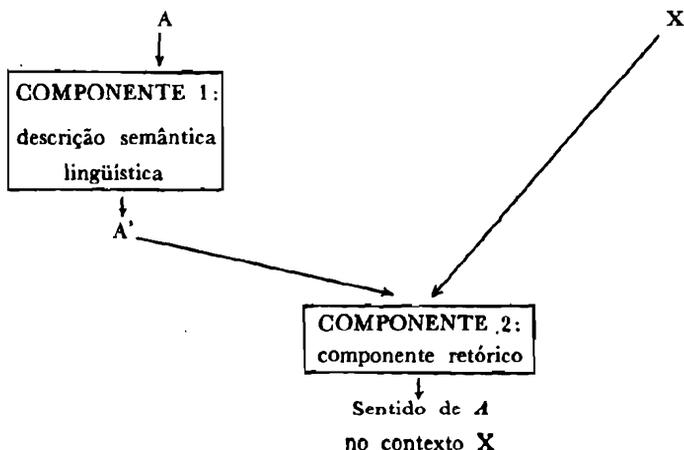


FIG. 50 — Forma Final da Descrição Semântica, Segundo Ducrot

O esquema de Ducrot, contém, imbricadas, duas hipóteses:

- (a) que o CL (componente lingüístico) atribui uma significação exclusivamente lingüística aos enunciados de uma língua L , previamente a qualquer significação extra que lhe possa ser adicionada pelo contexto (e pela situação);
- (b) que o CR (componente retórico), ou seja, as circunstâncias envolvidas na elocução, precisam, num segundo momento, o sentido de (a).⁽⁸⁰⁾

(80) Na realidade, o CR (componente retórico) não se refere às circunstâncias envolvidas na situação (ato de fala): refere-se mais, como se

6.3.6.2. *Pressupostos e Subentendidos*

Um esboço de descrição exige uma distinção provisória entre dois tipos particulares de efeitos-de-sentido que podem ser atribuídos à distinção precedentemente efetuada entre CL e CR. Considerando:

2. Se Pedro vier, João partirá
3. João não detesta o vinho
4. João continua a fumar
5. Pedro deu pouco vinho a João

O destinatário de 2 conclui:

- (a) que a vinda de Pedro é a condição *suficiente* para a partida de João;
- (b) que a vinda de Pedro é a condição *necessária* para a partida de João.

Isso significa que o enunciado 2 implica

- 2.a. Se Pedro não vier, João não partirá.

Quanto ao enunciado 3, ele parece conter a afirmação:

- 3.a. João gosta muito de vinho ⁽⁸¹⁾

Já o enunciado 4, leva inevitavelmente à conclusão de que

- 4.a. João fumava antes, e
- 4.b. João fuma atualmente

Enfim, 5 indica

- 5.a. Pedro deu vinho a João — e, ao mesmo tempo —
- 5.b. Pedro deu-lhe pouco (vinho)

depreende dos trabalhos de Ducrot, àquilo que o destinatário pensa que o destinador do enunciado pensa, ao emitir seu enunciado. Trata-se, portanto, de seguir essa mesma ordem no processo da descrição: a descrição do CL será submetida à homologação dos princípios que regem a Linguística, para a sua autenticação, e a descrição do CR será submetida aos testes de autenticação fornecidos pela Psicologia, pela Lógica, pela Crítica Literária, etc.

(81) Para evitar a interpretação 2.a ou 3.a seria necessário que o destinador da mensagem descartasse explicitamente as possibilidades 2.a e 3.a.

Para Ducrot, 2.a. e 3.a. constituem *subentendidos*, ao passo que 4.a. e 5.a. constituem *pressupostos*.

É característico do *pressuposto* resistir, no plano do conteúdo, a certas modificações e manipulações sintáticas (como a interrogação ou a negação): os pressupostos de um enunciado são sempre afirmados, ainda que os modifiquemos para a forma sintática da negação ou da interrogação:

4.c. João continua a fumar?

4.d. É falso que João continua a fumar

mantêm, uma e outra forma, que

4.a. João fumava antes.

Enfim, quando o pressuposto aparece numa frase complexa, tendo ali o caráter de frase elementar.

4.e. João continua a fumar embora o médico lho tenha proibido a relação de subordinação não incide sobre o pressuposto mas somente sobre o restante do conteúdo de 4.e., ou seja, sobre aquilo que Ducrot chama de seu *conteúdo posto* (= a afirmação de que “João fuma atualmente”).

Recapitulando: o enunciado

4. João continua a fumar

se interpreta em

4.a. João fumava antes (conteúdo *pressuposto*) e, ao mesmo tempo,

4.b. João fuma atualmente (conteúdo *posto*) (82)

Tais testes não se aplicam, por vários motivos, aos *subentendidos*, o que lhes dá uma caracterização negativa (em relação aos pressupostos). Os subentendidos possuem, no entanto, uma caracterização positiva: é que eles possuem, ao lado do *sentido subentendido*, um primeiro significado, o seu *sentido literal*;

3. João não detesta o vinho (sentido literal)

3.a. João gosta muito de vinho (sentido subentendido)

(82) A aplicação desses testes sobre

5. Pedro deu pouco vinho a João (desdobrável em

Essa duplicidade de sentido permite ao destinador (remetente) do enunciado jogar com a autenticação do sentido 3. ou 3.a, de acordo com a conveniência de seus propósitos: se o destinatário utiliza, em prejuízo do remetente, o *sentido subentendido*, o remetente pode sempre retorquir que o único conteúdo legítimo da sua mensagem é o dado pelo *sentido literal* — e vice-versa —. Por isso, a frase 3 apresenta uma vantagem “política”, digamos, sobre a expressão direta 3.a.: *ela possibilita dizer alguma coisa, aparentando não a dizer*.

Já o pressuposto pertence, de pleno direito, ao *sentido literal*, pois ele é vivido como sendo inerente ao próprio enunciado, ou como uma “evidência” do universo do discurso onde a comunicação deva inscrever-se necessariamente.

Assim, o *posto* se autoriza no “eu” do destinador do enunciado, o *pressuposto* no “nós” que engloba destinador e destinatário (ambos aparecem como *aportes* próprios do enunciado), enquanto o *subentendido* se autoriza no “tu” do destinatário, nas conclusões que ele extrai do enunciado por sua conta e risco (ao contrário do *posto* e do *pressuposto*, o *subentendido está ausente* do enunciado).

Por assimilar o *posto* e o *pressuposto* como *constituintes do enunciado* (isto é, extrapolados das situações de sua ocorrência), Ducrot julga que eles devam ser tratados como *componentes lingüísticos*; quanto aos *subentendidos*, ausentes do enunciado, derivam das condições da enunciação e como tal são constituintes do *componente retórico*.

6.3.6.3. *Limitações da Linha Semântica* *Contexto-Situacional de Ducrot*

O subentendido é uma derivação conseqüente do enunciado: o seu estatuto é *lógico*. Ora, isso precisamente inclui o subentendido na semântica porque toda organização semântica das línguas naturais vem da sobreposição ao universo dos sentidos de um sistema de relações lógicas. Pois se o estatuto dos subentendidos é lógico, tam-

-
- 5.a. Pedro deu vinho a João (pressuposto) e
 - 5.b. Pedro deu-lhe pouco (vinho) — (posto))
mantém intacto o conteúdo do pressuposto “Pedro deu vinho a João”:
 - 5.c. Pedro deu pouco vinho a João?
 - 5.d. É falso que Pedro tenha dado pouco vinho a João
 - 5.e. Pedro deu pouco vinho a João, embora João lhe tivesse pedido mais.

bém o é o estatuto dos pressupostos e dos postos. O fato inegável de que os subentendidos derivem de uma interpretação do destinatário não faz mais do que perseverar na afirmação banal de que todo sentido é uma interpretação do destinatário; nem pode, tal fato, por esse motivo, eximir o destinador das “responsabilidades”, todas implicadas em qualquer ato de fala. (83)

Afinal é o destinador quem programa o seu enunciado segundo o modo *elusivo ou litótico* da enunciação — modo esse que é objeto de uma *escolha* sua, pois implica na rejeição consciente do modo *literal ou direto*, estando ambos os modos previstos na sua *competência* lingüística.

O cerne do problema não reside, pois, no *saber* do falante, mas na sua intencionalidade, no seu *querer fazer entender, ao mesmo tempo, dois sentidos co-implicados, um ao modo do ser e outro ao modo do parecer* (bi-isotopia do ser e do parecer).

Debalde o falante argüirá de não-pertinente a interpretação do destinatário, reprovando-lhe o ter sido efetuada sobre o modo do parecer; nada pode excusar o fato de que, podendo construir sua mensagem de modo a evitar o surgimento do subentendido, não o tivesse ele feito. Assim, o subentendido não é da exclusiva responsabilidade do destinatário (e, qualquer escritor que trabalhe em épocas onde se exerça o policiamento da censura, sabe disso: essas épocas — veja-se o barroco —, costumam criar uma “literatura de entrelinhas”): por um lado, esse modo foi *programado* na mensagem, como ambigüidade multissignificacional e, por outro lado, ele está previsto dentro das possibilidades combinatórias do sistema semântico de todas as línguas, e, como tal, inevitavelmente incluído na competência dos falantes nativos.

Para que um indivíduo qualquer, B, compreenda os enunciados por outro indivíduo, A, é necessário, apenas, que ele participe, de

(83) Ainda que Ducrot negue que os dois exemplos que ele cita de subentendidos possam ser tomados como decorrência lógica de uma *condição necessária* colocada em jogo pelos enunciados, ele não nega que ambos os enunciados conttenham uma *condição suficiente* para que deles derivem os subentendidos. (Ducrot, 1967. 37). Entretanto, como o próprio Ducrot reconhece, no mesmo artigo (33/34), que até mesmo os iniciados nas matemáticas têm dificuldade em distinguir uma *condição necessária* de uma *condição suficiente* não se pode exigir da totalidade dos falantes de uma língua que executem tal discriminação, tanto mais que ela só se justifica no interior de um metacódigo científico, restrito à compreensão de uma minoria de falantes, e não no interior do código lingüístico.

algum modo, do universo cultural de A. Não é necessário que ele perca a sua identidade nem que se transforme no indivíduo A. Portanto, problemas tais como o de saber se a compreensão que B logrou de um enunciado de A corresponde de fato ao que A desejou transmitir — isto é, se A diz a verdade ou se mente, se faz ironia ou fala a sério, se acredita no que diz ou se parodia outrem —, não são problemas lingüísticos. *Porque não se trata de compreender A, o falante, trata-se de compreender a mensagem, o enunciado.* E só o enunciado tem um significado lingüístico.

Se para compreender um enunciado de A, precisássemos compreender A, o falante, haveria entre os indivíduos uma relação tal que a nossa capacidade de compreensão das frases de um falante seria diretamente proporcional ao nosso grau de compreensão do falante; num limite, não poderíamos reconhecer enunciados produzidos por pessoas que não conhecêssemos previamente e, inversamente, o melhor intérprete das frases de A seria esse mesmo indivíduo, A, o que é, manifestamente, discutível.

Por outro lado, louvando-nos nos exemplos de Ducrot,

2. Se Pedro vier, João partirá (literal)
- 2.a. Se Pedro não vier, João não partirá (subentendido); e
3. João não detesta o vinho (literal) e
- 3.a. João gosta muito de vinho (subentendido)

os subentendidos por ele assinalados parecem ser interpretações que giram no âmbito das definições pelos contrários ou pelos contraditórios (análises por negação, à frente). Como observa Marie-José Rey Debove (*apud* Baldinger, 94-95), há as seguintes possibilidades de definição do sentido:

- (a) *análise positiva* (por gênero próximo + diferença específica);
- (b) *análise por negação* (definição por antônimos: *laisser = ne pas prendre*);
- (c) *análise por transformação* (definição relacional: *timide = qui manque d'audace; idéal = "de l'idée"*);
- (d) *definição por sinônimo* (nesse caso não se trata de análise).

Se, como pensamos, os subentendidos são um tipo de *análise pelo contrário ou pelo contraditório* então *eles se deixariam descrever no interior do componente lingüístico*, — ou, pelo menos, daqueles componentes lógico-semânticos que interessam ao semanticista e são cons-

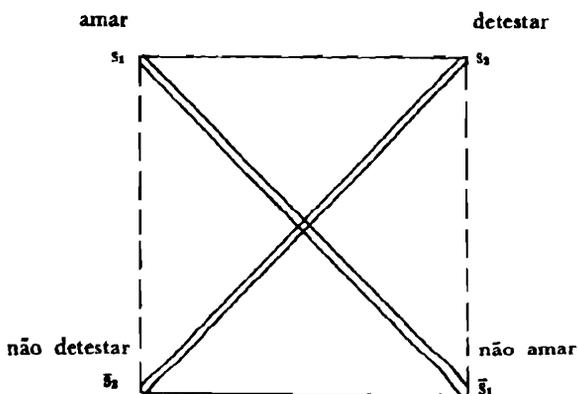
tituintes dos subentendidos (isto é, relações de implicação simples ou dupla implicação, relações de inversão de valor, como passar da definição positiva à negativa ou vice-versa, etc.). Todos esses mecanismos são susceptíveis de uma descrição lingüística, nos moldes da que é utilizada por Greimas/Rastier. Assim, a frase

3. João não detesta o vinho

interpretada como uma declaração eufemística (no modo litótico) de

3.a. João gosta muito de vinho

pode ser explicada facilmente pelo *quadrado lógico* de Greimas/Rastier (cf. 6.4.8.):



onde “não detestar” (\bar{s}_2) se relaciona, no eixo dos implicados (\bar{s}_2 — s_1) com “amar”; (“não detestar” implicado com “amar” significa “apreciar”, “gostar”). Nessa ordem de idéias, a interpretação do destinatário pode atingir as raias da *hipérbole*, como quando se faz o percurso integral de \bar{s}_2 (“não detestar”) para o seu equivalente “forte”, s_1 (“amar”): “João ama o vinho”, “João não pode viver sem vinho”, “João é um beberrão contumaz”... Observa-se aí que essas possibilidades todas de subentendidos estão previstas na *lógica* da língua (o que não quer dizer, num sentido ingênuo, que as línguas sejam “lógicas”), exatamente como os pressupostos.

É preciso repetir que os fatores de ordem psicológica (como a intencionalidade do destinador / destinatário, o grau da acuidade

perceptiva), sociológicos (diferencial de cultura, geração, educação), ambientais (ruídos), *não* pertencem ao domínio dos fatos lingüísticos, ainda que os afetem profundamente.

Por outro lado, não são muito claras, pelo menos para nós, as razões que levaram Ducrot a denominar os fatores interdecorrentes da situação de *componente retórico* — ao invés de *componente ideológico*, como julgamos que seria, talvez, mais pertinente, tendo em vista as implicações conotativas envolvidas: segundo Barthes (1970. IV, 62 ss), a conotação é um fragmento de ideologia; a ideologia seria a substância do conteúdo da linguagem conotada e a retórica seria a forma do conteúdo dessa linguagem. A denominação de retórico a tal componente teria sido inspirada a Ducrot pela marcada *persuasão* envolvida em tais fatores, isto é, pelo *persuadere* retórico? Neste caso, estaríamos diante de um componente centrado na função conativa, e a nomenclatura de Ducrot estaria justificada.

Mas como situar na função conativa (intenção do destinador de influenciar o comportamento do destinatário de seu enunciado) o componente retórico que é, exatamente, aquilo que inverte a direcionalidade dessa intenção? (o CR é aquilo que o destinatário pensa que o destinador da frase pensa ao construir sua frase). Poder-se-ia, do mesmo modo, perguntar: o que, finalmente, se trata de descrever? A linguagem denotada? ou a conotada? Nesse caso, como se relacionam ambas? Implícito em seu trabalho está a suposição de que a denotação se liga ao CL exclusivamente, sendo a conotação o resultado da incidência dos fatores situacionais que constituem o CR sobre a descrição do CL. Se esse entendimento não falseia o pensamento de Ducrot, então o pensamento de Ducrot falseia a realidade das coisas; *pois a conotação existe já ao nível da manifestação do enunciado, no enunciado*, como o resultado da convergência na instância da *performance* de todos os níveis lingüísticos que ali se sintetizam e recebem uma só interpretação fonológica.

Finalmente, é duvidoso que se possa identificar a *competência lingüística* dos falantes com a capacidade de compreensão da *enunciação* (ato de fala), como afirma Ducrot *in* 1972.a1, colocando como mera possibilidade — a ser discutida —, a compreensão dos *enunciados*; o contrário, realmente, é que se dá: não se pode chamar de *enunciação* o ato de interação social de dois indivíduos do qual se extrinsique o enunciado. Afinal, o enunciado é o *objeto*, a única parte exteriorizada da *enunciação*. Dois indivíduos isolados num comportamento autista, postos um diante do outro como entidades monológicas, não constituem uma *enunciação*, malgrado toda a sua *competência* de falantes. Sem *performance* não há enunciado

e sem enunciado não há falar de enunciação. A competência é um *saber* lingüístico implícito, como diz Chomsky, mas é preciso ver aí mais do que esse *saber*: a competência exige também um *poder* (falar / ouvir), e um *querer* (falar / ouvir) para projetar-se exteriormente como um *fazer lingüístico*, a *performance*. É isso tudo que o *enunciado* sintetiza.

No *fazer performancial* do falante que constrói o enunciado, o destinatário reconhece reflexivamente (porque ele se sabe capaz de assumir, por sua vez, o papel de falante), nesse enunciado, o poder, o querer e o saber que constituem o *a priori* lógico da competência de seu interlocutor. Reconhece-os como *competência*, dentro da *performance*; reconhece-os *no fato de existir um enunciado*, não na possibilidade ontológica da existência de um falante. Ou seja: a enunciação é o *todo* do qual o enunciado é uma parte, mas a *única parte manifestada lingüisticamente*; o destinador e o destinatário são o sujeito₁ e o sujeito₂ da enunciação (esquema actancial); o enunciado é o *objeto* da enunciação. Como se vê, a enunciação tem um estatuto puramente lógico: *ela é uma pressuposição* pois em nenhuma parte temos mais do que enunciados e *cada enunciado possui a sua própria enunciação como um pressuposto interno*. Já os *sujeitos ontológicos*, destinador-destinatário da enunciação, são *extra-lingüísticos*. Quando lemos um livro, a única realidade com que nos deparamos é a dos enunciados, não a dos destinadores. Estes são postulados, num segundo momento, como a *causa* (lógica) de um *efeito*, pouco importando se o sujeito da enunciação está vivo ou se já morreu, se ele é um ente físico-cosmológico ou um ente mítico-noológico. Tais problemas pertencem às áreas que se ligam interdisciplinarmente à Lingüística; mas não são lingüísticos.

Tudo isso ainda não basta para dar conta real das limitações da linha semântica de Ducrot: bastaria, no entanto, comprovar que, afinal de contas, não se trata certamente de um processo operacional de descrição.

6.3.7. A LINHA DA SEMÂNTICA GERATIVA, NA VERSÃO KF

Na base do estudo que Jerrold J. Katz e Jerry A. Fodor publicaram em 1963⁽⁸⁴⁾ e que constitui o primeiro esforço para criar

(84) "The Structure of a Semantic Theory", in: *Language*, 39, n.º 2, abril-junho de 1963, pp. 170-210. Utilizamos, como textos de base para este tópico, além de outros, principalmente os seguintes: Ilari (1972), Todorov (1966), Mounin (1972), Katz (1971), Weinreich (1972), Maccawley (1971).

uma semântica dentro dos quadros da Gramática Gerativa, está a mesma idéia de *produtividade* que Chomsky havia formulado como uma competência do falante nativo de uma língua natural para produzir — e reconhecer — tanto as frases velhas quanto as frases novas dessa língua.

O fato de que os diferentes falantes de uma língua possam produzir e compreender frases novas, enseja duas observações a Katz e Fodor:

- (a) todo falante possui um conhecimento dos processos utilizados por sua língua; esse conhecimento, exercido nas frases que ele reconhece como gramaticais e dotadas de sentido, abstrai-se da realização das frases particulares sob a forma de *regras*;
- (b) as regras assim abstraídas do conjunto finito de frases conhecidas projetam-se sobre o conjunto infinito das frases da língua. Uma descrição adequada dos mecanismos lingüísticos do falante deve, em conseqüência, permitir o estabelecimento dessas regras (problema da projeção).

Na primeira versão da Gramática Gerativa (1957), Chomsky supunha que a capacidade de combinar unidades léxicas num contexto frásico poderia ser descrita unicamente em termos sintáticos. A sintaxe, no entanto, não explica toda a capacidade combinatória do sujeito falante. Ela não explica, por exemplo, como se dá que frases diferentes pelo seu sentido

1. A porta está fechada
2. A farmácia está fechada

tenham a mesma descrição sintática, nem explica porque frases de sentido idêntico

3. Pedro golpeia Paulo
4. Paulo é golpeado por Pedro

possuem descrições sintáticas diferentes. Problemas semelhantes a esses indicam que uma descrição gramatical exaustiva deve conter uma parte sintática e uma parte semântica: é essa exigência que introduz a semântica dentro da Gramática Gerativo-Transformacional.

O nível inferior da semântica principia no interior do nível morfológico; mas tendo em vista que a *saturação* (isto é, o preenchimento do plano do conteúdo dos signos) é *progressiva*, ou seja,

produto das relações integrativas interníveis, tornando-se mais e mais completa à medida que se passa do nível inferior para um nível superior, pergunta-se: onde se localiza o limiar superior da semântica? Essa indagação coloca em evidência o problema do *contexto*.

Se se toma *contexto* no sentido limitativo, como *entourage* fônica *stricto sensu*, abandona-se a idéia de que outros sistemas semióticos (por exemplo, o dos gestos) possam concorrer para a inteligência dos enunciados. Se, por outro lado, aceitar-se que cada elemento lingüístico participa de um contexto maior (ou *situação*), no interior do qual seu sentido vem a precisar-se, então o problema de delimitar o limiar semântico superior se reduz ao problema de delimitar as dimensões do campo contextual.

Poder-se-ia pensar, num primeiro momento, que o limiar semântico superior seria dado pelo contexto extralingüístico da *situação*. Katz e Fodor julgam que as concepções anteriores em torno da semântica definiam os objetivos de uma descrição do sentido de um modo tal que, para atingi-los, uma teoria deveria prestar contas do modo como o contexto determina a compreensão de uma frase. "Mais precisamente, de acordo com tais concepções, se uma frase tem várias interpretações possíveis, é o seu contexto geral que nos permite saber qual delas é a boa interpretação; a teoria semântica deveria ser capaz de demonstrá-lo" (Todorov, 1966. 28).

A condição necessária para o estabelecimento dessa teoria repousa na construção do contexto; ela deve ser elaborada de tal modo que possa representar qualquer informação não-lingüística exigida pelo locutor para a compreensão das frases. Se uma teoria não satisfaz essa condição, ela é incompleta. Mas uma teoria desse tipo não é factível, em princípio, pois, para satisfazer aquela condição necessária, seria antes indispensável que a teoria representasse *todo o conhecimento que os falantes possuem sobre o mundo*.

Se essas considerações afirmam, por um lado, que é impossível construir-se uma *teoria completa* baseada em tal requisito, elas não afirmam, por outro lado, que não se possa construir uma *teoria limitada* das seleções contextuais. Como se trata essencialmente da problemática concernente às ambigüidades e à interpretação dos enunciados, talvez não seja inútil referir-nos, aqui, às modalidades da ambigüidade. ⁽⁸⁵⁾

(85) Para a exemplificação e o esclarecimento das ambigüidades, baseamo-nos em Ilari (1972).

A ambigüidade pode ser: a) sintática; b) semântica; c) situacional.

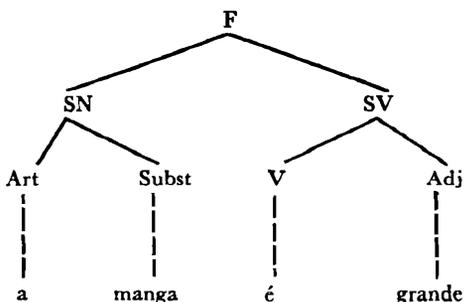
(a) *ambigüidade sintática*: A ambigüidade sintática aparece quando uma frase tem mais de uma estrutura subjacente (Katz, 1971. 300);

(b) *ambigüidade semântica*: “A ambigüidade semântica, enquanto é algo distinto da ambigüidade sintática e da ambigüidade fonológica, tem como fonte a homonímia das palavras” (Katz, 1971. 300).

Isso se comprova em uma oração como

6. A manga é grande

que pode ser interpretada de muitos modos (manga = /fruta/, /peça de vestuário/, /chaminé de lampião/, /tromba d’água/, etc.). Qualquer que seja a interpretação que se dê a “manga”, na frase acima, essa frase se deixa descrever sempre através de um único e mesmo marcador sintagmático:



e sua ambigüidade só se resolve no interior de um contexto mais amplo:

7. A manga é grande, mas poderei chupá-la.

(c) *ambigüidade situacional*: surge quando temos de fazer apelo a conhecimentos extralingüísticos para interpretar corretamente a frase. Exemplo:

8. O tropeiro vendeu-me uma manta de carneiro.

9. O tropeiro vendeu-me uma manta de cavalo.

Ilari (1972.9) explica a ambigüidade das frases 8 e 9 nos seguintes termos: o nosso *conhecimento do mundo* diz-nos que em 8 a pele do carneiro é o *material* de que é feita a manta, ao passo que em 9, o cavalo é o *destinatário da manta*. Nenhuma teoria sintática ou semântica pode dar conta das “anomalias” das frases 8 e 9, supra, ou das frases 10, 11, e 12, abaixo:

10. Vamos levar o Carlinhos de volta para o zoológico
11. Vamos levar a onça de volta para o zoológico
12. O Júlio César pescou uma baleia no rio Guapeva.

É que, além de um saber puramente lingüístico, tais frases empenham um saber semiótico em torno das práticas sociais e dos eventos naturais. Desse modo, se se pode pedir à sintaxe e à semântica uma descrição correta dos fatos lingüísticos, não se lhes pode pedir uma explicação totalizante do mundo da cultura ou do mundo físico-natural.

Uma descrição semântica, pensam Katz e Fodor, deve ser apta para descrever essa capacidade que o falante tem para interpretar frases ambíguas, e reconhecer as anomalias sintáticas ou semânticas, *no interior da própria gramática* (noção de *limite inferior* da descrição semântica) e *não fora dela*. Por isso, a semântica gerativa, na versão KF, ao menos, postula a exclusão de qualquer consideração da *situação*. Não se discute, como vimos, que os fatores provenientes da situação possam contribuir — pois, de fato, contribuem — para a intelecção de enunciados, na medida mesma em que, num número x de sentidos possíveis que uma frase apresenta quando a tomamos isoladamente, a situação pode selecionar um deles e bloquear os demais. Ligados, consciente ou inconscientemente, à linha de pensamento de Bloomfield, Katz e Fodor não vêem como uma descrição lingüística poderia incorporar os dados provenientes do contexto situacional e descrevê-los de forma coerente: por esse motivo, tais dados se situam fora do *limite superior* para a descrição semântica.

6.3.7.1. Componentes da Teoria Semântica, Segundo Katz e Fodor

Uma teoria semântica deve incluir, segundo Katz e Fodor, dois subcomponentes ⁽⁸⁶⁾:

(86) No entanto, Katz e Fodor pensam que *a situação não adiciona sentidos à frase; se isso se desse, qualquer frase admitiria um número infinito*

- (a) um dicionário; e
- (b) uma série de regras de projeção

O dicionário corresponde ao saber acumulado num dicionário monolíngue (conjunto de *itens léxicos*, correspondentes à parte definicional da palavra);

O item (b) consta de *regras* que indicam como utilizar a informação recebida do dicionário. O dicionário é algo que se aprende unidade por unidade, memorizando-as, de tal modo que sempre se pode aprender mais. Já o conhecimento das regras deriva de uma aprendizagem feita em totalidade, e colocada em ação cada vez que o falante utiliza a sua língua. As *regras implicam* o exercício da capacidade de codificar e de decodificar a informação lingüística. É preciso conhecer tais regras para conhecer uma língua natural, mas não é preciso conhecer senão uma (relativamente) pequena parte do dicionário.

O problema central para uma teoria semântica é que o dicionário apresenta, para uma dada unidade léxica, sentidos mais numerosos do que aqueles que ela possui numa frase dada, pois um artigo de dicionário caracteriza *dado sentido* que a unidade léxica pode possuir *em qualquer frase*. Assim, o efeito das regras de projeção deve ser o de selecionar o sentido apropriado a cada unidade léxica de uma frase, a fim de permitir as interpretações corretas, de acordo com a da estrutura gramatical da frase.

O componente dicionário, julgam Katz e Fodor, é submetido às coerções das regras de projeção que escolhem, sobre cada item lexical, o sentido adequado à frase, projetando-o sobre ela. Tendo em vista que o componente dotado de propriedade gerativa é, na teoria chomskyana, o sintático, a descrição sintática é anterior à

de interpretações, o que não acontece (Cf. Ilari, 1972. 9). Observe-se que essa posição é rigorosamente contrária à de Ducrot (cf. 6.3.6.1.); e mais: que é uma *postulação* meramente *teórica*. Quanto ao *contexto* lingüístico, Katz e Fodor pensam que ele *não fornece dados que já não estejam contidos na frase isolada*: por isso a sua semântica é uma semântica, afirmam eles, *independente do contexto*. Katz, posteriormente (1971. 298) fala em *três* subcomponentes: o *dicionário*, que armazena a informação semântica básica acerca da língua, dando uma representação do significado de cada uma das palavras; um *sistema de regras de projeção*, que aplica essa informação semântica à interpretação dos "objetos sintáticos"; e uma *interpretação semântica* que é a representação final da estrutura semântica da frase, resultante da aplicação dos dados retirados do dicionário, mais as regras de projeção aplicáveis a essa frase.

descrição semântica. O componente semântico é, portanto, uma *interpretação* do arranjo sintático. Para essa interpretação, o dicionário oferece:

- (a) informação sobre a classe de palavras a que pertence o item léxico;
- (b) o sentido (dado através de *definições*). (87)

Para fazer a descrição de um artigo do dicionário, é preciso representá-la sob uma forma particular. Essa forma comporta quatro elementos:

- (a) o primeiro (categoria gramatical), comporta a indicação da classe gramatical da palavra em questão;
- (b) o segundo (categoria semântica), representa as relações semânticas que ligam entre si as unidades léxicas;
- (c) o terceiro (diferenciadores), representa o que é “idiossincrásico” na significação de cada unidade;
- (d) o quarto e último (restrições seletivas), indica a possibilidade que uma palavra tem de se combinar com outra(s), numa certa relação sintática (por exemplo, o adjetivo “branco” deve aplicar-se a um nome que tenha a categoria semântica “material”).

A entrada léxica (ing.) *bachelor* é representada como segue (Fig. 51).

Em (1) temos a entrada (item léxico); essa entrada contém (2) uma *informação sintática* (sobre a *categoria gramatical* a que pertence a palavra, Nome, Verbo, Verbo transitivo, Verbo Intransitivo, etc.); contém, ainda, (3) e (4) *informações semânticas propriamente ditas*, sendo (3) *categorias (ou marcadores) semânticos* que são comuns a vários itens léxicos, representando as relações sistêmicas do vocabulário. Por exemplo, “solteiro”, “homem”, “padre”, “touro”, “tio”, “rapaz”, etc., contém um traço semântico comum que não forma parte do significado de nenhuma das palavras “menina”, “mãe”, “amiga”, “vaca”, etc. As palavras do primeiro grupo contém, cada

(87) Ilari (1972) observa que Katz e Fodor deixam de lado, além de outras informações fornecidas pelo dicionário (tal como a etimologia, a pronúncia, a cronologia, etc.), a *tradução sinonímica* do sentido.

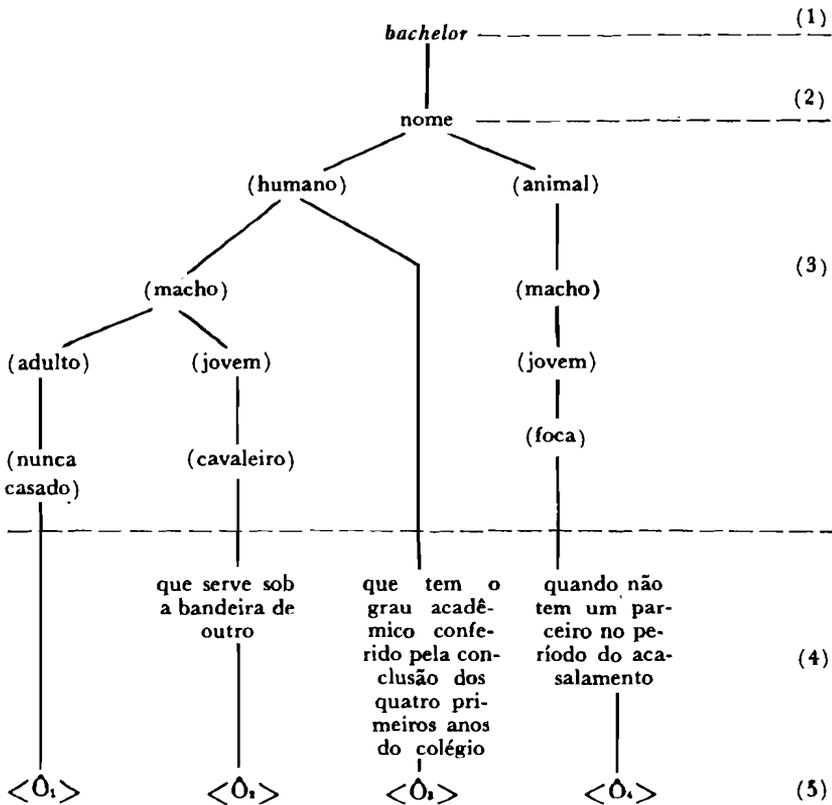


Fig. 51 — Análise Semântica de “Bachelor”, Segundo KF

qual, em seu plano de conteúdo, o marcador semântico /masculino/, etc. (cf. Katz, 1971, 299). (88)

Já, em (4) temos um conjunto de restrições para as ocorrências da palavra em questão (“diferenciadores”, — *distinguishers*). Os diferenciadores são *marcadores semânticos específicos* de cada item léxico.

A combinatória da *categoria* com os *diferenciadores* permite desambigüizar frases do tipo

(88) A explicação de Katz autoriza-nos a assimilar o conceito de *marcador semântico categorial* ao conceito de *clasema*, segundo Pottier.

13. *The old bachelor finally died* (“o velho . . . finalmente morreu”) porque a marca categorial (adulto) do sentido 1 já está contida em *old* “velho”, sendo o sentido 2 dotado da marca categorial (jovem), incompatível com o elemento *old* “velho” da frase 13.

Em (5), finalmente, temos o nível das *restrições seletivas*, aptas para desambigüizar os quatro sentidos possíveis da entrada léxica *bachelor*.

Já vimos que a ambigüidade semântica aparece nos casos de homonímia, quando uma estrutura subjacente contém uma palavra com dois ou mais sentidos. Mas o significado de outros elementos da construção pode desambigüizar os sentidos que ali se contrapõem.

14. Agora não há escola

é uma frase ambígua porque “escola” tem ao menos dois sentidos: o de “aulas” e o de “edifício”. Mas

15. A escola se incendiou

não é uma frase semanticamente ambígua porque o verbo-predicado *incendiar-se* só pode ser saturado por um nome-sujeito que contenha em si o marcador /objeto físico/. Esta seleção de um sentido com exclusão de outros se faz pelo componente semântico que ali exerce *restrições seletivas*. Tais restrições permitem às leituras isoladas de cada palavra combinarem-se entre si para coerentizar o “sentido” da frase. O mecanismo que atualiza as restrições seletivas de modo a diluir, na leitura do sentido da frase, as ambigüidades apresentadas pela leitura do sentido das palavras, constitui o componente *regras de projeção*.

6.3.7.2. O Componente Regras de Projeção

As regras de projeção dão conta das relações semânticas entre os morfemas e da interação entre a significação e a estrutura sintática, determinando a interpretação correta de todas as frases que a gramática engendra e que são em número infinito.

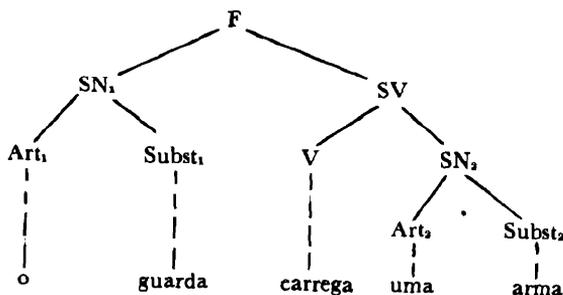
Imaginemos uma frase composta das “palavras” A + B + C. O dicionário dá dois sentidos para A, três para B e três para C. Multiplicando $2 \times 3 \times 3$, calculamos que a frase deveria ser ambígua em dezoito diferentes modos. Acontece, no entanto, que a frase será ambígua em apenas três modos. A função principal das regras de projeção é a de encarregar-se da redução das dezoito ambigüidades

possíveis para unicamente três (Weinreich. 1972. 17). Assim, a leitura do verbo-predicado *incendiar-se*, na frase 15, contém a restrição seletiva </Objeto Físico/>, a qual exige que o nome-sujeito capaz de combinar-se com *incendiar-se* contenha o marcador semântico /objeto físico/.

As regras de projeção se aplicam em três etapas (Ilari, 1972. 14) :

- (a) inicialmente, associa-se a cada palavra de uma frase dada os sentidos compatíveis com a categoria gramatical em que se utiliza a palavra nessa frase. Por exemplo, na frase

16. O guarda carrega uma arma
descrita pelo indicador sintagmático



retém-se, para *guarda* e para *arma*, somente os sentidos que essas palavras têm como *substantivos*, excluindo-se os sentidos que teriam se fossem empregadas como verbos.

- (b) Na segunda etapa — aplicação das regras de projeção propriamente ditas —, realiza-se a operação de amálgama sobre o indicador sintagmático. Tal operação efetua-se a partir do nível inferior da árvore, para o superior, ou seja, do nível das palavras para o nível dos símbolos terminais e destes para as cadeias terminais que dominam tais símbolos:

$Art_1 + Subst_1$ determinam o sentido de SN_1 ;

$Art_2 + Subst_2$ determinam o sentido de SN_2 ;

$V + SN_2$ determinam o sentido de SV ;

$SN_1 + SV$ determinam o sentido de F .

Para que se possa levar a cabo a operação de amálgama, é necessário que as restrições seletivas colocadas por um dos dois termos

a serem amalgamados sejam satisfeitas por marcadores semânticos contidos no segundo termo e vice-versa. Em

17. uma nota aguda

a leitura de “nota” evoca os marcadores: (a) dinheiro, (b) anotação, (c) som musical, etc., ao passo que a leitura de “aguda” evoca os marcadores (d) perspicaz, (e) de alta freqüência, (f) pontuda, etc. As possíveis interpretações

18. Dinheiro perspicaz (ou seja: (a) + (d))

19. Dinheiro de alta freqüência (ou seja: (a) + (e))

20. Dinheiro pontudo (ou seja: (a) + (f))

21. Anotação perspicaz (ou seja: (b) + (d))

22. Anotação de alta freqüência (ou seja: (b) + (e))

23. Anotação pontuda (ou seja: (b) + (f))

24. Som musical perspicaz (ou seja: (c) + (d))

25. Som musical de alta freqüência (ou seja: (c) + (e))

26. Som musical pontudo (ou seja: (c) + (f))

não têm, todas, as mesmas possibilidades de ocorrência: as frases 18, 19, 22, 23, 24 serão normalmente consideradas “sem sentido”, ao passo que as frases 20 e 26 não têm um estatuto claramente definível: em alguns contextos elas poderiam ser definidas como “aceitáveis” ou “dotadas de sentido”, em outros, não. Já as frases 21 e 25 seriam sempre consideradas como “dotadas de sentido”, pois há compatibilidade entre os marcadores (b) e (d) por um lado, e entre os marcadores (c) e (e), por outro lado. (Ou seja: as demais combinações ficam bloqueadas pelas restrições seletivas.)

(c) a terceira e última etapa consiste na *avaliação semântica* da frase. Se as restrições seletivas impedem efetuar-se a operação de amálgama, bloqueando o percurso retrospectivo da árvore antes de alcançar-se o axioma inicial F, então a frase será considerada *anômala* (ou seja, sem interpretação possível). Isto permite a Katz e Fodor elaborar a seguinte classificação semântica das frases:

— frase *anômala* — aquela cujo número de interpretações é igual a zero;

— frase *unívoca* — aquela cujo número de interpretações é igual a um;

— frase *ambígua* — aquela cuja número de interpretações é igual a dois (ou superior a dois).

6.3.7.3. Limitações da Semântica Gerativa na Versão KF

Todorov (1966, 33) lembra que o aspecto mais positivo da colocação da semântica nos quadros da gramática gerativa consistiu na proposta de se efetuar a descrição do sentido sob o aspecto dinâmico do seu funcionamento e não nos quadros de uma *descrição estática* do vocabulário. Do mesmo modo, e em decorrência disso, é positiva a tentativa de descrever os processos combinatórios das relações sintáticas, através do mecanismo das restrições seletivas.

Uma leitura de sentido supõe, na árvore K F, a escolha de uma ramificação e, portanto, de um *percurso do sentido* (Eco, 1971a. 68-69), sentido esse que se precisa através de *escolhas binárias* efetuadas pelo destinatário do enunciado dentro das várias possibilidades ramificacionais da árvore.

Na realidade, tal como Langendoen (1969, 36) aponta, os elementos básicos formalmente envolvidos, *não são traços semânticos enquanto tais, mas sim, especificações dos traços semânticos*. No caso dos traços binários, tais como /masculino/, podemos indicar a especificação por meio de signos de mais (+) ou menos (-): digamos que /+ masculino/ é a especificação encontrada na representação semântica de nomes como *rapaz, homem, touro*, enquanto /- masculino/ é o que ocorre nas representações de nomes como *moça, mulher, vaca*. Pares de palavras do tipo *rapaz / moça* poderiam ser consideradas antônimas no que respeita ao traço binário /masculino/. Assim, se *rapaz* fosse representado pelas especificações /+ humano/ + /+ masculino/, *criança*, por ser não-especificado em relação ao marcador semântico do gênero, poderia ser representado sem qualquer sinal de mais ou de menos antes do traço /masculino/, ou seja: /+ humano/ + /masculino/.

Por outro lado, como observam Mounin (1972, 168), e Ilari (1972, 19), a semântica gerativa na versão KF retorna à mais tradicional das descrições lexicográficas, a da *definição aristotélica* (já examinada por Pottier), segundo a qual um termo a ser definido (*definiendum*) se deixa analisar num *definiens* que contém um *genum proximum* mais uma *differentiam specificam*.

O gênero próximo e a diferença específica se localizam no percurso do nível (2) "categoria gramatical" ao nível (5) "restrições seletivas", nessa ordem, dentro do diagrama arbóreo KF. Por aí, pelo menos, não há novidades e parece-nos, no fundo, que a análise proposta por Pottier, dentro dessa mesma concepção de "gênero próximo" mais "diferença específica" é melhor construída, melhor formalizada.

Assim, a combinatória proposta para “solteirão”, por exemplo (sentido 1 de *bachelor*)

/humano/ + /macho/ + /adulto/ + /nunca casado/ = solteirão

nada acrescenta de importante às postulações teóricas que Hjelmslev já havia formulado com anterioridade, para a construção de uma semântica realmente científica. Se alguma diferença há, ela representa, na versão KF, um empobrecimento da teoria hjelmsleviana, pois, apesar de a versão KF solicitar, com veemência, o abandono de qualquer consideração sobre a *situação*, os únicos semas realmente importantes para definir “solteirão”, a saber, /nunca casado/, provêm da área extralingüística. Conforme salienta Mounin (1972, 168) a respeito da definição do sentido n.º 4 de *Bachelor* KF descrevem, aí, “o conhecimento não lingüístico que eles possuem sobre o *referente*, no caso a foca no período do acasalamento”. Isso significa que uma análise puramente lingüística localizaria, é claro, marcadores como /humano/, /animado/, /macho/, etc., mas seria incapaz de fazer localizar categorias como /nunca casado/, /cavaleiro/, /foca/, etc. (cf. Todorov, 1966, 34): ora, isso já se viu em Hjelmslev (e antes, em Saussure) e disso se dá a melhor demonstração em Pottier, a propósito da noção de *classema*.

A comprovação da ineficácia da demarcação entre os níveis dos marcadores e dos diferenciadores semânticos levou Bolinger a eliminar as fronteiras entre essas marcas semânticas, elaborando o diagrama abaixo (Fig. 52) que contém unicamente *marcadores* (*apud* Ilari, 1972, 21-22).

No tocante às noções de *entrada de dicionário* e *item léxico*, Katz e Fodor utilizam a unidade polissêmica *bachelor* como *um único item léxico*, de *entrada única no dicionário*, comportando, ali, quatro subentradas, uma para cada um dos quatro sentidos que localizam em *bachelor*. Procedem, assim fazendo, como a maior parte dos dicionaristas que agrupam numa única entrada do dicionário todas as leituras que possam ser associadas com uma dada forma fonológica e pertençam a uma única classe sintática. Entretanto, como viu McCawley (1970, 125-126), “não há nenhuma razão *a priori* pela qual deva agrupar-se a informação no dicionário à base da identidade fonológica, de preferência à base de qualquer outra identidade, da identidade da representação semântica digamos, ou (para ficar num caso absurdo), a identidade das listas das regras de transformação e das regras fonológicas em relação às quais o item seja uma exceção. Mais do que isso, não existe, *a priori*, nenhuma razão, absolutamente, para agrupar itens no dicionário: pode-se perfeitamente bem tomar

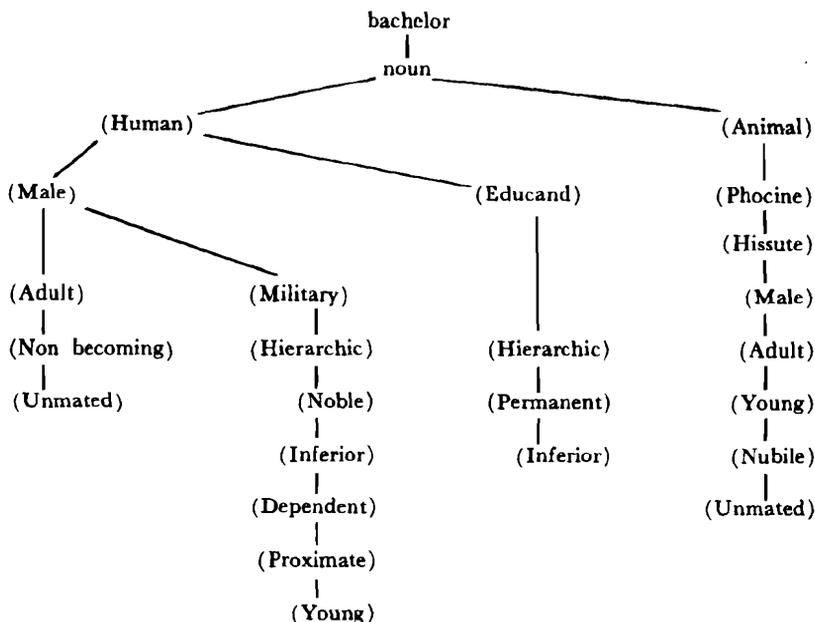


FIG. 52 — O Diagrama de Bolinger (*apud* Ilari, 1972. 22)

a noção “item léxico” no sentido de combinação de uma única leitura semântica com uma única forma fonológica subjacente, uma única categoria sintática e um único conjunto de especificações de comportamentos de exceção no que diz respeito às regras. Sob tal concepção de “item léxico”, a qual foi proposta por Weinreich (1966), haveria simplesmente quatro itens léxicos pronunciados *bachelor* e não um único item léxico quadruplamente ambíguo.

Há bom número de fortes motivos para acreditar que a língua opera nos termos em que Weinreich concebe os itens léxicos de Katz-Fodor; o principal deles é que as transformações, requeridas pela identidade de um par de itens léxicos, requerem não somente uma identidade nas entradas de dicionário segundo Katz-Fodor, mas, no fundo, a identidade das leituras especificamente implicadas. Um bom exemplo para ilustrar tal coisa é dado pelo problema que segue, inconclusivamente debatido por Chomsky (1965); qual é a fonte da anomalia da seguinte frase (Chomsky, 1965. 183):

1. * *John is as sad as the book he read yesterday*, “João está tão triste quando o livro que ontem leu”?

Se se considera que as diferentes leituras associadas com a mesma forma fonológica são de itens léxicos diferentes, o problema se resolve imediatamente. Há, aí, dois diferentes itens léxicos: *sad*₁, significando “que se sente triste, dito de um ser vivo” e *sad*₂, significando “que evoca a tristeza, dito de um objeto estético”.

Quanto ao componente semântico, Katz-Fodor afastam de suas considerações sobre o “sentido” a sua tradução *sinonímica*, para se circunscrever, alegam, às *definições*. É, no entanto, um princípio básico da função metalingüística que unidades de dimensões diferentes possam ser reconhecidas como equivalentes: uma “palavra” pode ser interpretada por várias outras (processo de *expansão*), e várias palavras, por outro lado, uma perífrase digamos, pode ser interpretada por uma única palavra (processo da *condensação*) (cf. 6.3.4. Ia e Ib):

solteiro = homem que nunca se casou

A esse mecanismo se reduz todo o problema da sinonímia: a leitura da esquerda para direita (*expansão*) nos dá a *definição* de uma *palavra* ao passo que a leitura no sentido inverso (*condensação*), nos dá a *denominação*. Ao contrário do que Katz-Fodor supõem, a *definição* não é algo diferente da sinonímia; ela é uma das formas de manifestação da sinonímia. A sua própria definição de “solteiro” se faz mediante uma *definição por negação* (= homem que nunca se casou, definição antonímica), que nem mesmo escamoteia o seu implícito ponto de referência, “homem casado”. Assim, a sua teoria dos diferenciadores não faz mais do que insistir sobre o *papel das redundâncias* como fatores da fixação da isotopia num contexto frasal e isso é algo de há muito sabido pelos semanticistas.

No tocante ao problema da ambigüidade, Katz e Fodor afirmam que frases que possuam a mesma estrutura profunda são idênticas quanto ao sentido, e que duas frases com a mesma pronúncia ou a mesma forma escrita, mas possuidoras de diferentes estruturas profundas — o que se chama frases ambíguas —, possuem sentidos diferentes. Segundo Langendoen (1969. 35, nota 2), isto é uma simplificação, pois, por um lado é possível que duas frases de mesmo sentido tenham diferentes estruturas profundas; por outro lado, a possibilidade oposta, isto é, a de que duas frases com a mesma estrutura profunda possam ter sentidos diferentes, é objeto de considerável desacordo entre os lingüistas; é do mesmo modo controversa a possibilidade de que as estruturas profundas não determinem inteiramente o sentido dos enunciados. Isto sem falar-se no problema,

entre todos agudo, das conotações derivadas de subcódigos, responsáveis pelas *definições ideológicas*: *bachelor*₁, por exemplo, ideologicamente definido como “boêmio, libertino”, “bom partido para o casamento”, etc. Ainda mais: recorde-se que na versão KF da semântica gerativa para que se desambigüize a palavra *bachelor* numa frase, deve-se recorrer aos diferenciadores; mas para saber qual dos vários diferenciadores possíveis de aplicar-se a *bachelor* deve ser escolhido como o apropriado para aquela frase, deve-se conhecer antecipadamente os vários sentidos possíveis de *bachelor* e sua utilização numa frase — isto é, deve-se conhecer por antecipação precisamente aquilo que queríamos saber —; pois, se esses sentidos já são conhecidos de antemão, não vemos para que serviria lançar mão desses diferenciadores. Parece difícil, nesse particular, fugir às limitações do círculo vicioso.

Outro problema que a leitura de Katz-Fodor deixa intocado é o da dominância entre os marcadores semânticos. Existe ou não uma *hierarquia* regulando a participação desses semas no interior do conjunto sêmico de que são constituintes? Encontram-se eles em relações de exclusão/inclusão — pergunta Todorov, 1966, 35 —, como, por exemplo, nas noções de *arquisemema* e *sema* (diferencial, relativo) em Pottier? E no caso de existirem, tais oposições são ou não binárias?

Várias outras restrições poderiam ser colocadas no tocante ao alcance da teoria semântica gerativa na versão KF⁽⁸⁹⁾. Entre elas, a que nos parece da maior importância, dizendo respeito à desconsideração, por aqueles autores, da construção de “figuras” retóricas das conotações. Weinreich colocou essa deficiência — que é de toda a gramática gerativa — em seus justos termos, ao apontá-los em 1965 (Labov, 1972. 8). E é na “abordagem formal das expressões desviatórias que *Explorations ...* (de Weinreich) apresenta uma nova e surpreendente abertura” (Labov, *id.*, *ibid.*).

(89) Para conhecê-las é indispensável consultar o Cap. 2 das *Explorations in Semantic Theory*, de Uriel Weinreich (Weinreich, 1972).

6.4. A Semântica Estrutural de Greimas

“Il y a encore des gens pour dire que les questions de sens n'ont pas de sens pour eux, mais, quand ils disent “pas de sens”, de deux choses l'une: ou bien ils savent ce qu'ils veulent dire, et par le fait même la question du sens prend un sens, ou bien ils ne le savent pas, et alors leur formule n'a plus de sens du tout.”

JAKOBSON, 1963.38-39

São *significantes*, para Greimas, “os elementos que tornam possível o surgimento da significação, ao nível da percepção e que são reconhecíveis como exteriores ao homem”; correspondentemente, pertencem ao plano do conteúdo “as significações cobertas pelo significante e por ele manifestadas”. Entre significante e significado há pressuposição recíproca: a existência de um deles pressupõe, necessariamente, a existência do outro. O signo é um *conjunto significante* (= significante + significado).

6.4.1. CLASSIFICAÇÃO DOS SIGNIFICANTES

Do ponto de vista da percepção, os significantes podem ser:

- (a) *de ordem visual* (mímica, gesticulação, escrita, sinais de tráfego, artes plásticas, etc.);
- (b) *de ordem auditiva* (línguas naturais, música, linguagens percutidas, etc.);
- (c) *de ordem tátil* (linguagem dos cegos, carícias, etc.).

Podem ser estabelecidas diferentes correlações entre significantes/significado: por um lado, significantes de diferente categoria perceptiva podem comportar significados idênticos (por exemplo, a música e as línguas naturais); mas, por outro lado, significantes de diferente categoria perceptiva podem coexistir lado a lado numa só linguagem (por exemplo, a fala e os gestos que a acompanham). Isso quer dizer que *a significação é independente da natureza do significante que a manifesta*. Daí que não se possa elaborar uma classificação dos significados tomando os significantes como base de classificação: não tem sentido, assim, falar que a pintura comporta uma *significação pictórica* ou a música comporta uma *significação musical* (cf. 6, nota 65, *in fine*).

6.4.2. NÍVEIS HIERÁRQUICOS DA LINGUAGEM

6.4.2.1. Língua-Objeto e Metalingua

O objeto da semântica é o de descrever as línguas naturais na sua qualidade de conjuntos significantes. A primeira dificuldade com que se depara o semanticista reside no fato de que as línguas naturais só se deixam traduzir em si mesmas ou por outra língua natural. A tradução da língua portuguesa, por exemplo, pode ser feita em português (caso dos dicionários monolíngues) ou em inglês, francês, etc.; em outros termos, *o universo semântico se fecha sobre si mesmo (clausura do universo semântico)*.

O reconhecimento dessa clausura do universo semântico exige que se abandone a definição da significação como a relação entre os signos e as coisas, e exige, principalmente, o *abandono da dimensão suplementar do referente*, tão cara aos semanticistas “realistas” (cf. 6.3.3.1.). Tomar-se as “coisas” para a explicação dos signos equivale a tentar transpor as significações contidas nas línguas naturais para o interior de conjuntos significantes não-lingüísticos. É necessário, isto sim, estabelecer a hierarquia da linguagem, ou seja, a relação de pressuposição lógica existente entre dois *conteúdos* ou *sentidos*: assim como o aparecimento de um elemento determinante, na língua, pressupõe o aparecimento de um elemento determinado, a percepção de um sentido pressupõe a percepção de outros sentidos que o definam. Surgem, assim, dois níveis de significação no interior de um único conjunto significativo: o da *língua-objeto* (objeto do nosso estudo) e o da *metalingua* — língua de que nos valem para estudar a língua-objeto (cf. 1.3.1.).

Toda e qualquer tradução de sentidos é um exercício metalingüístico: falar sobre “música” é pressupor a existência da música. Desse modo, *qualquer que seja a natureza do significante, o estudo da sua significação se encontra num nível metalingüístico. A semântica, como se vê, é uma metalinguagem*. Mas, diferentemente das línguas naturais, que constituem metalinguagens não-científicas, ou *ingênuas* (no sentido de não-formalizadas), a matemática e a química, por exemplo, elaboram-se como metalinguagens científicas: elas são *construídas*, afastando-se, nesse particular, das línguas naturais. A semântica deve aproximar-se desse ideal: formalizar-se numa metalinguagem científica.

6.4.3. A ESTRUTURA ELEMENTAR DA SIGNIFICAÇÃO

Greimas adota, na sua semântica, (Greimas, 1966), o ponto de vista da sincronia, adequando-se, assim, ao pensamento de Saussure, para quem a língua é feita de *oposições*. Sincronicamente, isto é, *no ato da percepção*, a apreensão das significações do real é feita através da afirmação de *descontinuidades*: se a “realidade”, o “mundo”, o *objeto do conhecimento*, enfim, se apresentasse sob a forma de um *continuum* homogêneo, aos olhos do sujeito conhecente, esse objeto não teria nenhum sentido: a significação manifesta-se, pois, a partir da percepção de descontinuidades, ou desvios diferenciais (Lévi-Strauss).

Perceber é, pois, *apreender diferenças*; é através das diferenças que o mundo organiza-se em formas, à nossa frente. As formas são, precisamente por serem formas, *redundantes e, ao mesmo tempo, diferenciais*. Assim, “perceber formas” significa:

- (a) apreender pelo menos dois termos-objetos como sendo simultaneamente dados (não há *estrutura de um elemento isolado*) — sob o aspecto dos seus *parciais iguais* (operação de conjunção) —, e
- (b) apreendê-los, ao mesmo tempo, sob o aspecto de seus *parciais diferentes* (operação de disjunção).

O vínculo entre esses dois termos-objetos que se requerem mutuamente constitui uma *relação*. Daí a primeira definição de Greimas para *estrutura*: “*presença de dois termos vinculados por uma relação*”.

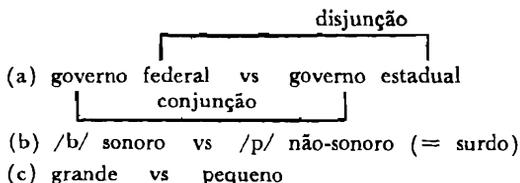
Da definição acima segue-se que

- (a) um único termo-objeto não comporta nenhum tipo de significação;
- (b) a significação pressupõe a interveniência de uma relação: sem relação não há significação. Mas, o que constitui a *relação*? A relação é um mecanismo perceptual conjuntivo e disjuntivo:
 - (1) Para que possamos apreender conjuntamente dois termos-objetos, é necessário que eles tenham alguma coisa em comum (é o problema da redundância, da semelhança e, no limite, da identidade);
 - (2) Para que dois termos-objetos possam ser distinguidos, é necessário que eles sejam de algum modo diferentes (é o

problema das variantes, da diferença e, no limite, da não-identidade).

A relação tem, pois, uma dupla natureza: ela é simultaneamente *conjunção* (de *invariantes*) e *disjunção* (de *variáveis*).

A natureza ambígua da relação manifesta-se em todos os níveis lingüísticos:



Cada termo da relação possui dois elementos, sendo um deles conjuntivo e sendo o outro disjuntivo. Greimas denomina de *estrutura elementar* um tal tipo de relação. Já que *os termos-objetos não comportam, isoladamente, nenhuma significação, é ao nível dessas estruturas e não ao nível dos termos objetos (os elementos dela) que devem ser procuradas as unidades significativas elementares.*

Os termos-objetos, sejam eles signos, ou monemas, são secundários nos quadros da significação: a língua não é um sistema de signos, mas uma reunião de estruturas de significação.

6.4.4. OS EIXOS SEMÂNTICOS

A estrutura elementar deve ser pesquisada não ao nível da oposição entre signos (paio / baio, pata / bata, etc.), mas sim, ao nível da oposição /p/ : /b/. Admite-se, comumente, que essa oposição consiste no caráter “não-sonoro” vs “sonoro” dos dois fonemas. No entanto, subjacente a isso está o fato de que possamos comparar /p/ e /b/, distinguindo um de outro; isso só é possível porque *a sua oposição se situa sobre um único e mesmo eixo, o da sonoridade, eixo este no interior do qual essa oposição se explicita sob a forma de dois polos extremos.*

A mesma observação é válida para o plano semântico, no qual as oposições *branco / preto, grande / pequeno* discriminam-se dentro de um eixo comum a cada par de termos opostos, o da *coloração*, no primeiro caso, e o da *medida de grandeza de um continuum*, no segundo caso. *Para esse denominador comum a dois termos-objetos*

oponíveis, lugar virtual em que se articulam os polos opostos criadores da significação, Greimas propõe o nome de eixo semântico. A função do eixo semântico é a de totalizar as articulações (opostas) que lhe são inerentes, implicando-as.

6.4.5. A RELAÇÃO

A descrição estrutural da relação pode ser indicada mediante uma notação simbólica (construída) com letras, uma para cada um dos termos-objetos apreendidos, indicando-se, ao mesmo tempo, o conteúdo semântico de que essa relação se investe. Desse modo, utilizando A e B para designar os dois termos-objetos e S para indicar o conteúdo semântico, posso exprimir a relação, escrevendo

A / está em relação (S) com / B

Essa notação se decompõe em:

1. Uma seqüência “está em relação com”, que é uma afirmação abstrata da existência da relação (r) entre os dois termos;
2. O conteúdo semântico da relação (S), a que já chamamos de *eixo semântico*. A relação pode ser transcrita, mais simplesmente, como

A / r (S) / B

A e B transcrevem metalingüisticamente, na fórmula supra, a estrutura elementar dos termos pertencentes à língua-objeto, os quais se apreendem no ato da percepção. O eixo semântico S é o resultado da descrição totalizadora, que reúne, simultaneadas e como que “suspensas”, as semelhanças e as diferenças que opõem A e B. S *pertence, assim, à metalingüagem descritiva*. Quanto à relação (r) é ela um pressuposto da interpretação : (r) pertence à linguagem metodológica (ou seja, a linguagem que estabelece as condições de validade da descrição semântica aqui proposta).

6.4.6. AS ARTICULAÇÕES SÊMICAS

6.4.6.1. Noção de Sema

Uma vez que o conteúdo da relação (S), o eixo semântico, é metalingüístico, pode-se conceber a expressão operacional do eixo semântico como sendo portadora de tantos elementos de significação quantos sejam os diferentes termos-objetos implicados na relação, con-

siderando tais elementos como propriedades desses termos. No exemplo já citado, /p/ : /b/, o eixo da sonoridade (S) pode ser interpretado como a relação (r) entre o elemento sonoro (s_1) e o elemento não-sonoro (s_2). Nesse caso, o termo-objeto B (/b/) possuirá a propriedade s_1 (sonoro), ao passo que o termo-objeto A (/p/) terá a propriedade s_2 (não-sonoro):

/p/ (não-sonoro) vs /b/ (sonoro)

ou, numa transcrição mais genérica,

A(s_2) r B(s_1)

Essa fórmula pode ser aplicada à análise de qualquer relação:

moça r(sexo) moço

traduzível, ainda, em

moça (feminilidade) r moço (masculinidade)

A s_1 e s_2 , elementos mínimos da significação, assim apreendidos, Greimas chama, com a terminologia de Pottier, *semas*. Em conclusão, uma estrutura elementar da significação, *pode ser concebida e descrita quer sob a forma de um eixo semântico, quer sob a forma de uma articulação sêmica* (isto é, de traços distintivos, semas). A primeira descrição privilegia o que os termos-objetos A e B possuem em comum: ela é *conjuntiva*; a segunda descrição privilegia as qualidades polares que, situadas sobre o mesmo eixo semântico, distinguem A de B: ela é *disjuntiva*. Em termos de rendimento prático-operacional, a *descrição sêmica* é superior à descrição do eixo semântico e deve, por isso, ser a preferida.

6.4.7. MODOS DE ARTICULAÇÃO SÊMICA

Os lingüistas divergem, freqüentemente, no tocante aos modos pelos quais se deve descrever a combinatória das articulações sêmicas. Para os partidários do binarismo lógico ou operacional, como Jakobson, um eixo semântico articula-se em dois semas, um dos quais é *marcado*, sendo o outro *não-marcado* (cf. 3.3.10.). Este modo de conceber as coisas mostra-se eficiente quando lidamos com termos-objetos contendo unidades distintivas do tipo

sonoro vs não-sonoro

capazes de serem descritos como a relação entre um elemento marcado (isto é, um fema/sema presente num dos polos), e um ele-

mento não-marcado (isto é, o mesmo fema/sema está ausente no outro polo):

/+s/ vs /-s/

Essa técnica descrita não se aplica, porém, à oposição

moço (masculinidade) vs moça (feminilidade)

pois não é suficiente, se queremos caracterizar com exatidão a natureza do termo-objeto “moça”, registrar a ausência, nele, do sema (masculinidade): esse termo possui, por sua própria natureza, ao lado dessa *definição negativa*, uma *definição positiva*, dada pelo sema (feminilidade). A articulação exprime-se, neste caso, por

/s/ vs /não-s/

No que se refere à oposição

grande vs pequeno

registra-se a existência de um terceiro termo-objeto, que é “médio”. Bröndal interpreta esse fato assim: os dois semas polares

s vs não-s

(aos quais Bröndal denomina *positivo vs negativo*), podem aceitar um *terceiro sema* que não é nem s nem não-s, ou seja, que é um *sema neutro*. A articulação seria, nesse caso,

positivo	vs	neutro	vs	negativo
(grande)		(médio)		(pequeno)

Em outros casos, o sema intercalar pode significar, ao mesmo tempo, *et s et não-s*, “tanto s quanto não-s”: ele tomará, então, o nome de *sema complexo*. Desse modo, a articulação

ele vs que vs isso

pode ser interpretada como

positivo	vs	complexo	vs	negativo
(pessoal)		(pessoal e		(impessoal)
		impessoal)		

No fundo, a posição de Bröndal, apesar de ser mais matizada, continua a ser tão binarista quanto a posição de Jakobson. Quanto a

Greimas, considera ele que a *estrutura elementar*, fora de qualquer contexto significativa, *só pode ser binária, pois ele se articula em dois semas, /s/ vs /não-s/*. O seguinte quadro esclarece quanto vimos:

TERMOS SÊMICOS	— REPRESENTAÇÃO —	CONTEÚDO SÊMICO CORRESPONDENTE
Positivo	<i>s</i>	(presença do sema <i>s</i>)
Negativo	<i>não-s</i>	(presença do sema <i>não-s</i>)
Neutro	— <i>s</i>	(ausência de <i>s</i> e de <i>não-s</i>)
Complexo	<i>s</i> + <i>não-s</i>	(presença do eixo semântico <i>S</i>)

6.4.8. O “QUADRADO LÓGICO” (SEMIÓTICO) DE GREIMAS E RASTIER

As unidades 6.4.1. a 6.4.7. esboçam os contornos gerais da teoria semântica apresentada por Greimas, em 1966, no livro *Sémantique Structurale*. A presente unidade focalizará um outro estudo, que Greimas publicou, com a colaboração de François Rastier, em 1968, no *Yale French Studies*, n.º 41, sob o título *The Interaction of Semiotic Constraints* e que foi reunido, posteriormente, ao volume *Du Sens — Essais Sémiotiques*, Editions du Seuil, 1970, 135-154, traduzido com o nome de *Les Jeux des Contraintes Sémiotiques*.

Retomando, inicialmente, o modelo proposto para a estrutura elementar da significação, na *Sémantique Structurale*, Greimas e Rastier situam-no na *estrutura profunda* das línguas naturais. O estatuto lógico definidor dessa estrutura profunda é descrito do seguinte modo:

- (a) O eixo semântico, *S*, que representa a substância do conteúdo, articula-se, ao nível da forma do conteúdo, em dois semas contrários, *s*₁ e *s*₂:

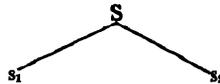


FIG. 53

Entre *s*₁ (ou *s*₂) de um lado, e *S*, de outro lado, estabelece-se uma *relação hierárquica hiponímica*: *s*₁ e *s*₂ são partes (constituintes) complementares de *S*, que os totaliza, como o todo às partes. Aí, na Fig. 53, *S* representa a *substância* do conteúdo; *s*₁ e *s*₂, ao mesmo tempo. (Num texto qualquer, pode-se dizer — hipoteticamente —,

que S , enquanto *sema complexo*, nos dá o *universo do sentido textual* e o seu contraditório, \bar{S} , nos dá o *universo do não-sentido textual*.)

Se redefinirmos s_1 e s_2 através das suas articulações no eixo dos contraditórios, teremos formado o *quadrado semiótico* da Fig. 54.

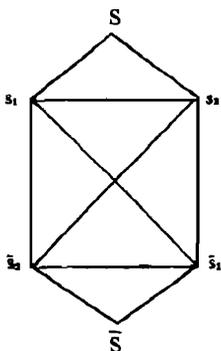


FIG. 54

Do mesmo modo que $/s_1/$ e $/s_2/$, enquanto partes, explicitam hiponimicamente a articulação do sema complexo $/S/$, totalidade que os reabsorve, também os semas contraditórios $/s_1/$ e $/s_2/$, respectivamente, $/\bar{s}_1/$ e $/\bar{s}_2/$, são explicitações hiponímicas de $/\bar{S}/$, o *sema neutro*, que os engloba. Desse modo, $S - \bar{S}$ é o eixo vertical que marca a relação entre a *significação* (universo do sentido) e a *não-significação* (universo do *não-sentido*). (90)

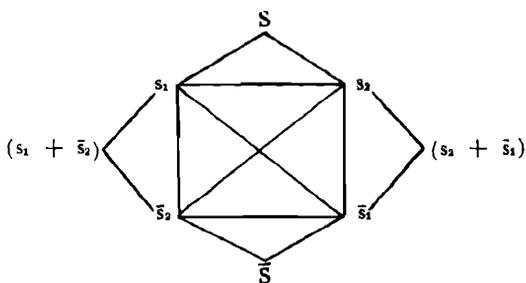


FIG. 55

(90) Além dos quatro termos fundamentais ($/s_1/$, $/s_2/$, $/\bar{s}_1/$ e $/\bar{s}_2/$), há derivações do tipo da Fig. 55 que marcam *termos complementares* e transformam o quadrado em um *octógono semântico*.

Tendo em vista que as *relações* marcam somente a *pertinência* dos valores, mas não dos termos envolvidos, e que o exemplo abaixo (Fig. 56) visa tão-somente ilustrar uma técnica descritiva sem que seus resultados infirmem ou confirmem, por si sós, a teoria aqui considerada, seja, ao nível da manifestação lingüística, $s_1 = \text{amor}$, $s_2 = \text{ódio}$:

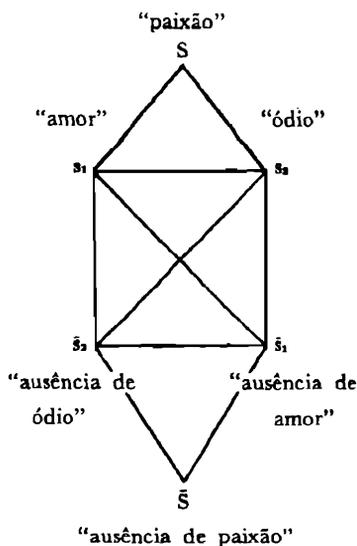


FIG. 56

O modelo lógico da Fig. 54, comporta:

- (a) dois eixos, S e \bar{S} . S é o eixo do complexo: ele subsoma s_1 e s_2 . O seu contraditório é \bar{S} , o eixo do neutro: este subsoma \bar{s}_1 e \bar{s}_2 (isto é, tal como o saturamos, *nem amor* (\bar{s}_1) *nem ódio* (\bar{s}_2));
- (b) dois esquemas de contradição: $/s_1/ + /s_1/$ (esquema 1); e $/s_2/ + /s_2/$ (esquema 2);
- (c) duas dêixis ⁽⁹¹⁾ de implicação: $s_1 - \bar{s}_2$ (dêixis 1); e $s_2 - \bar{s}_1$ (dêixis 2).

(91) As dêixis 1 e 2 podem, eventualmente, receber uma cobertura lexicêmica, nas línguas naturais. Assim, os termos *simpatia* e *antipatia* interpretam, em português, respectivamente, as conjunções de dêixis 1 ("simpatia" = "ausência de ódio" ($/\bar{s}_2/$) implicada com "amor" ($/s_1/$)) e da dêixis 2 — "antipatia" = "ausência de amor" ($/s_2/$) implicada com "ódio" ($/s_1/$) —:

O quadro abaixo (Fig. 58) resume, numa forma clara, essas diferentes relações constitutivas da contrariedade, da contraditoriedade e da implicação, com respeito às articulações sêmicas que as constituem:

<i>Relações Constitutivas</i>	<i>Dimensões Estruturais</i>	<i>Estruturas Sêmicas</i>
Contrariedade	eixo S (complexo)	$s_1 + s_2$
	eixo \bar{S} (neutro)	$\bar{s}_1 + \bar{s}_2$
Contraditoriedade	esquema 1	$s_1 + \bar{s}_1$
	esquema 2	$s_2 + \bar{s}_2$
Implicação	dêixis 1	$s_1 + \bar{s}_2$
	dêixis 2	$s_2 + \bar{s}_1$

FIG. 58 — Relações Constitutivas do Quadrado Semiótico
(cf. Greimas-Rastier, 1970, 140)

As regras que definem positivamente um sistema semiótico, convencio-
nando o que ele *deve ser* e, ao mesmo tempo, definindo-o negativa-
mente, por aquilo que ele *não deve ser*, *situam-se no lugar do termo*
complexo, S. S marca, portanto, as injunções da regra. Essas injun-

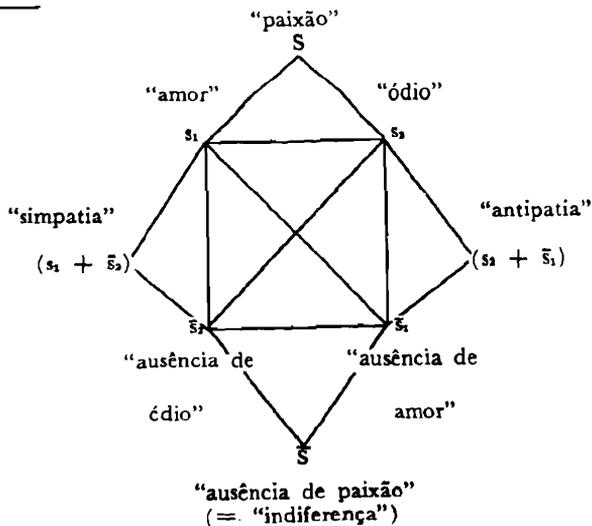


FIG. 57

LEXEMAS	SEMAS					
	Espacia- lidade	Dimensio- nalidade	Verticali- dade	Horizon- talidade	Perspecti- vidade	Lateral- idade
alto	+	+	+	-	-	-
baixo	+	+	+	-	-	-
longo	+	+	-	+	+	-
curto	+	+	-	+	+	-
largo	+	+	-	+	-	+
estreito	+	+	-	+	-	+
vasto	+	-				
espesso	+	-				

FIG. 61

A Fig. 61 mostra:

(a) que cada lexema caracteriza-se pela presença de alguns semas e pela ausência de outros. A ausência manifesta existir uma oposição sêmica disjuntiva, a partir de uma base sêmica comum. Assim, a base sêmica comum para os lexemas "alto" / "baixo" é o sema /verticalidade/, e é o sema /horizontalidade/ a base sêmica comum para os lexemas "longo" / "curto". *As oposições sêmicas operam as disjunções entre os diferentes lexemas;*

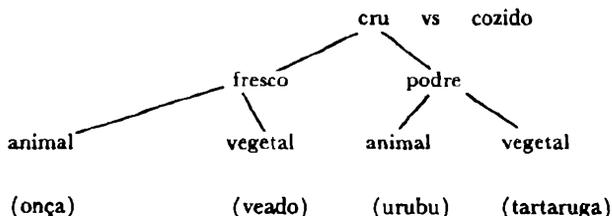
(b) se lermos a Fig. 61 da esquerda para a direita, cada lexema aparece analisado num certo número de seus semas constituintes; sendo o lexema o todo do qual cada sema, à sua direita, é parte, efetuamos, aí, uma interpretação do lexema segundo suas *relações hiperonímicas*;

(c) se invertermos a direcionalidade da leitura, indo da direita para a esquerda, passamos de semas individualmente considerados como partes componentes de uma totalidade à totalidade, que é o lexema; temos, aí, uma interpretação do lexema segundo suas *relações hiponímicas* (das partes para o todo).

Desse modo, a Fig. 61 permite fazer-se a descrição do lexema (= semema) não mais como um conjunto não-ordenado de semas, mas, sim, como um conjunto de semas ligados entre si por relações hierárquicas. (93)

(93) Categorialmente, o lexema é um lugar de convergência de semas provindos de categorias e de sistemas sêmicos diferentes.

Mas o lexema é, também, um lugar de encontro histórico: o lexema é da ordem do *acontecimento* (ele pertence à *parole*) e, por isso, está submetido à história e à cultura. No célebre exemplo fornecido por Lévi-Strauss (in *Le Cru et le Cuit*), temos:



O consumidor da combinatória formada por “cru” + “fresco” + “animal” *consome*, por assim dizer, em qualquer parte do mundo, o mesmo semema; mas esse mesmo semema se interpreta, fonologicamente, de modo muito diferente (ora como *onça* ou *jaguar*, ora como *tigre* ou *leão*, etc.), dependendo, a interpretação fonológica desse semema, do investimento semântico, nas diferentes línguas, dos contextos míticos, sociais, econômicos; culturais, numa palavra (cf. Peñuela Cañizal, 1972. 47).

Se passamos para o caso das narrativas, as estruturas lexemáticas fixam um nível da isotopia discursiva (instância da manifestação), ao passo que a interpretação dos semas fixam a *isotopia do código* dessa narrativa. No primeiro nível de análise, *onça* é diferente de *leão*, ou de *tigre*, na medida mesma em que esses diferentes *lexemas actoriais* prendem-se a acontecimentos culturais distintos historicamente; ao nível da *isotopia do código* sememático, no entanto, esses diferentes atores deixam-se descrever como manifestações de um único actante, pois são, todos, o produto da combinatória (/consumidor/ + /do cru/ + /fresco/ + /animal/). Foi essa busca de invariantes limitadas dentro da variabilidade ilimitada das realizações narrativas em particular que permitiu a Propp estabelecer o sentido das lexemas-atores da narrativa popular russa, através do isolamento, neles, dos invariantes *qualificacionais* (o que Propp chama de *atributos*), e dos invariantes *funcionais* (o que Propp chama de *funções*).

Como efeitos-de-sentido unificado, os sememas recebem uma interpretação fonológica de diferentes dimensões já que os semas podem se situar no interior de unidades de comunicação maiores ou menores:

lexema → *paralexema* → *sintagma*
 “damasco” “batata inglesa” “pão de centeio”

apresentam diferentes graus de amálgama, devidos às condições históricas, mas as relações intersêmicas no interior dessas unidades de diferentes dimensões são de natureza idêntica e podem ser tratadas da mesma maneira.

6.4.10. O SEMEMA

6.4.10.1. Núcleo Sêmico

6.4.10.2. Semas Contextuais

O semema é o lugar (virtual) de encontro de semas hierarquizados, provenientes de diferentes sistemas sêmicos. Há dois modos básicos de definição do semema.

- (a) podemos partir do sema, como já fizemos (6.4.9.) ao estudar o sistema sêmico da *espacialidade*;
- (b) podemos partir do lexema, isto é, da unidade lingüística mediante a qual os sememas se manifestam, na instância da *parole*.

Trata-se, agora, de estudar o semema a partir do processo (b). Seja o lexema (fr.) *tête* “cabeça”.

Supondo que um dicionário defina tal lexema dentro do código (código lexical, evidentemente), vejamos a definição de *tête* fornecida pelo Littré: “*parte (do corpo) . . . unida ao corpo pelo pescoço . . .*”

Dessa definição derivam todos os *sentidos figurados* que a palavra *cabeça* assume nos diferentes contextos em que possa aparecer. Sempre de acordo com Littré o lexema *cabeça* designa:

- (a) a parte recoberta pela pele e pelos cabelos, ou, então,
- (b) unicamente a parte óssea.

No primeiro caso (a), *tête* designa:

— a parte recoberta pelos cabelos:

la tête nue “com a cabeça descoberta”, “sem chapéu”;
tête de fou ne blanchit pas “cabeças airadas não encanecem”

— ou a parte não coberta pelos cabelos (o rosto) :

faire une tête de circonstance “fazer uma cara de sexta-feira”
tu en fais une tête “que cara!” (= você está com uma cara de quem comeu e não gostou)

No segundo caso, (b), *tête* designa a parte óssea:

fendre la tête à quelqu'un “quebrar a cabeça de alguém”
se casser la tête “quebrar(-se) a cabeça”, etc.

Pelo fato de designar uma *parte do corpo*, a palavra *tête* pode, igualmente, por um processo de translação metonímica, referir-se ao corpo com um todo:

(a) tomando um organismo como unidade discreta:
ce troupeau est composé de cent têtes “este rebanho se compõe de cem cabeças”
vous aurez à payer tant par tête “pagará tanto por cabeça”

(b) designando ser vivo (ou vida):
mettre la tête de quelqu'un à prix “pôr a preço a cabeça de alguém”
il paya de sa tête “ele o pagou com a sua própria cabeça”

(c) designando uma pessoa humana:
une tête couronnée “uma cabeça coroada”,
etc.

Se, situado em diferentes contextos, o lexema *tête* possui uma constelação de sentidos diferentes, é porque existe uma correlação entre as variações do contexto e as variações do sentido de *tête*. De qualquer forma, qualquer que seja a diferença perceptível em relação ao sentido contextualizado, é evidente que *parte do sentido de “tête” permanece invariável através de todas as frases*, pois, de outro modo, não caberia usar o lexema *tête* nesses contextos. A esse conteúdo positivo invariável de um lexema (semema), Greimas chama de núcleo sêmico (Ns).

De outro lado, sendo o núcleo sêmico um subconjunto de semas invariantes, as variações de “sentido” que observamos nos exemplos de frases integradas por *tête* só podem provir do contexto; em outras palavras, o contexto deve comportar semas variáveis responsáveis pelas mudanças do sentido holofrástico. Essas variáveis sêmicas constituem, por isso, *semas contextuais* (Cs).

Se compararmos as seguintes frases do português

1. quebrar a cabeça (= meditar intensamente sobre um problema)
2. ser um cabeça dura (= teimoso)
3. não caber na cabeça (= ser inadmissível)
4. bater a cabeça (= cometer tolices)

verificamos que existe, em todas elas, um único “efeito de sentido”, capaz de ser traduzido por *parte óssea da cabeça* (já que *óssea* contém os traços semânticos /objeto/ + /material/ + /rígido/ e pode combinar-se, portanto, na mesma frase, com *quebrar* (um objeto material rígido), *caber* (no interior de um objeto material rígido), *dura* (= objeto material rígido), *bater* (contra um objeto material rígido). Comprovamos, aqui, que o número dos *semas contextuais* é sempre mais reduzido do que o número de contextos em que um lexema pode aparecer. Parece, pois, possível, agrupar os contextos em classes contextuais, a partir do critério de apreensão do mesmo efeito-de-sentido. Desse modo, o sema contextual seria o denominador comum de toda uma classe de contextos.

Daí podermos conceber o semema como um *efeito de sentido resultante da combinatória de um núcleo sêmico mais semas contextuais*:

$$\text{Semema Sm} = \text{Ns} + \text{Cs}$$

6.4.10.3. A Figura Nuclear

Voltemos a analisar o núcleo sêmico. Para tanto, partamos de uma nova amostra de contextos em que ocorra a palavra “cabeça”, agrupando-os de acordo com os conjuntos de semas comuns a todos esses contextos-ocorreciais:

(a) extremidade + superioridade + verticalidade + continuidade:

5. curar uma cabeça de prego (= furúnculo)
6. andar de cabeça erguida (= ser consciente do próprio valor)
7. levantar a cabeça (= recuperar-se moralmente)

(b) extremidade + superioridade + verticalidade + descontinuidade:

8. cabeça do casal (= o marido)
9. encabeçamento (de material de arquivo, impressos, etc.)
10. cabeçalho (de carta, por ex.)

- (c) extremidade + anterioridade + horizontalidade + continuidade
11. ganhar por uma cabeça (= ganhar uma disputa por pequena diferença)
12. a cabeceira do rio
- (d) extremidade + anterioridade + horizontalidade + descontinuidade:
13. ir à cabeça de uma procissão
14. firmar uma cabeça de praia

Os exemplos de 5 a 14 demonstram que:

- (1) *cabeça* não significa, nesses contextos, “parte do corpo humano”, ao contrário da definição do Littré;
- (2) as disjunções “continuidade” / “descontinuidade”, “verticalidade” / “horizontalidade”, “superioridade” / “anterioridade” são responsáveis pelos diferentes efeitos de sentido dessas frases;
- (3) o sema “extremidade”, no entanto, *permanece invariável* em todos os contextos em que figura o lexema *cabeça*.

Há, na língua portuguesa, um grande número de locuções idiomáticas em que o sema “extremidade” entra em combinação ora com “verticalidade”, ora com “horizontalidade”, para produzir figuras de linguagem antropomórficas ou zoomórficas:

Exemplos da combinatória “extremidade” + “verticalidade”

15. limpar-se dos pés à cabeça (= inteiramente)
16. não ter pés nem cabeça (= não ter nenhum sentido)

Exemplos da combinatória “extremidade” + “horizontalidade”:

17. ler um livro de cabo a rabo (= do começo ao fim)
18. ir para as cabeças (= decidir-se a agir resolutamente)

Vê-se, por essas frases, que *cabeça* opõe-se, enquanto *extremidade*, ou a *pés* (no eixo da “verticalidade”), ou a *cauda* (no eixo da “horizontalidade”); isso permite concluir que lidamos, aqui, com um único sema “primeira extremidade”, cuja significação é infletida pela articulação sêmica “verticalidade” / “horizontalidade”. Podemos, pois, substituir os dois termos denominativos dessa inflexão pelo termo único “superatividade”, eixo que designa conjuntamente, *et*

/verticalidade/ et /horizontalidade/, previamente a toda e qualquer manifestação da espacialidade na instância discursiva. Efetuada essa neutralização, passamos a contar com dois semas invariantes, a saber: “extremidade” + “superatividade” para compor o núcleo sêmico dos sememas constituintes do campo semântico da espacialidade:

N_s (espacialidade) = s_1 /extremidade/ + s_2 /superatividade/,

ficando entendido que, para cada semema-construído (= lexema) na instância de manifestação, a variabilidade “verticalidade” / “horizontalidade” latente no eixo /superatividade/, deverá explicitar-se, forçosamente, em um ou outro sentido, na dependência dos lexemas contextuais.

A atualização de s_3 /verticalidade/ bloqueia, evidentemente, a atualização de s_4 /horizontalidade/, o que se marcará, na transcrição, com o símbolo “/”. Assim, o terceiro sema de um semema do campo da espacialidade será a explicitação contextualizada da distinção sintetizada ou suspensa em s_2 /superatividade/.

Uma análise cuidadosa de um contexto em particular nos dirá se s_3 , que é um *sema contextual*, constitutivo dos sememas com os quais o semema da espacialidade forma sintagma, designa uma ou outra topia. Por exemplo:

19. cabeça de *morro*

↑
/verticalidade/; então, s_3 = /verticalidade/

20. cabeceira de *rio*

↑
/horizontalidade/; então, s_3 = /horizontalidade/

Explica-se: s_3 , que é um sema contextual, deve pertencer, forçosamente, ao núcleo sêmico de outros sememas que formam sintagma com o semema que desejamos descrever. Daí a fórmula sintagmática dos sememas terminais:

$Sq = N_1 (s_1 + s_2) + C [N_2 (s_3/s_4) + (s_5/s_6)] + \dots$

onde:

N_1 = 1.º núcleo sêmico;

N_2 = 2.º núcleo sêmico;

s_1 = sema invariante /extremidade/

s_2 = sema invariante /superatividade/ que deve explicitar-se, no 2.º núcleo, ou como

s_2 = /verticalidade/ ou como
 s_4 = /horizontalidade/, assim como o quarto sema, igualmente proveniente dos núcleos sêmicos do contexto, deve explicitar-se ou como
 s_6 = /continuidade/ ou, sob sua forma disjunta, como
 s_8 = /descontinuidade/

É importante notar, nessa fórmula, que um mesmo sema funciona tanto como um sema nuclear, s_2 /superatividade/, quanto como um sema contextual, s_3 /verticalidade/ : /horizontalidade/. Assim, teríamos:

cabeça de praia = Ns "cabeça" ($s_1 + s_2$) + C[Ns "praia" (s_4) + (s_6)]
 ou seja: Ns "cabeça" (s_1 /extremidade/ + s_2 /superatividade/) + C[Ns "praia" (s_4 /horizontalidade/ + (s_6 /descontinuidade/)] (94)

Outro exemplo:

cabeça de prego: Ns "cabeça" ($s_1 + s_2$) + C[Ns "prego" (s_3) + (s_5)]
 /extrem./ + /superativ./ + /vertical./ + /continuid./ ou seja:

Semema "cabeça de prego" = Ns "cabeça" $\left\{ \begin{array}{l} s_1 = /extremidade/ \\ s_2 = /superatividade/ \end{array} \right.$
 Cs (Ns "prego") $\left\{ \begin{array}{l} s_3 = /verticalidade/ \\ s_5 = /continuidade/ \end{array} \right.$ (forma manifestada de s_2)

6.4.10.4. Os Clásemas

Se excetuarmos o núcleo sêmico, que significam os elementos do contexto que entram na constituição do semema? A análise contextual de *latir*, numa frase como

21. o cão late

permite separar o núcleo sêmico como sendo constituído do marcador semântico "uma espécie de voz". Esse núcleo sêmico pode

(94) /continuidade/ vs /descontinuidade/ referem-se a um eixo sêmico articulado em linha (/continuidade/) vs não-articulado em linha, ou "composto de pontos" (/descontinuidade/), cujos semas realizam-se, do mesmo modo que /verticalidade/ : /horizontalidade/, no interior dos núcleos sêmicos contíguos a *cabeça*. Assim, "cabeça de *procição*" vs "cabeça de

\uparrow
prego". /descontinuidade/
 \uparrow
 /continuidade/

Os semas contextuais (ou *clasemas*) reduzem-se, por efeito das relações de disjunção (simbolizadas na transcrição “/”), a categorias sêmicas do tipo

animais vs humanos
animais vs objetos

A partir daí, pode-se redefinir o *lexema* como sendo “um modelo virtual integrando em seu seio todo o funcionamento de uma figura de significação recoberta por um dado formante, mas anterior a qualquer manifestação no plano da fala (discurso)”, já que esse plano da fala só pode produzir sememas particulares.

Em outros termos, os semas invariantes possuem o estatuto paradigmático (eles se definem no interior de um código ou subcódigo: da *espacialidade*, da *temporalidade*, etc.) e por isso são invariantes, membros do núcleo sêmico; mas os semas variáveis (semas contextuais ou clasemas) possuem o estatuto sintagmático (por isso o clasema /humano/ que pertence, paradigmaticamente, a “orador”, pode ser apagado ou substituído pelo clasema /animal/, numa frase como *o orador zurrou*: os clasemas estão submetidos às pressões sintagmáticas).

Se, ao invés de definir cada *lexema* separadamente, considerarmos a seqüência do discurso como sendo o lugar do encontro de dois sememas, colocamo-nos imediatamente no plano da significação manifestada, onde já se fez a escolha entre os semas disjuntos, possíveis de ser atualizados. Para construir-se como semema, *late*, por exemplo, incorporou-se o sema s_1 , contido no contexto *cão*; e, inversamente, a presença do contexto *late* só se tornou possível a partir da escolha obrigatória do sema s_1 para o aparecimento do semema “*cão — animal*”. A seqüência *o cão late* manifesta, pois, apenas os semas contextuais s_1 “animal”, com exclusão dos outros semas s_2 “humano”, tornando possível a apreensão do sentido “cão-animal” + “latir-animal”. (96)

$$S_q = [N_s + C_{s_1}] + [N_1 + C_{s_1}] = [(c\tilde{a}o) + (animal)] + [(latir) + (animal)]$$

Se substituirmos um dos *lexemas* da seqüência *o cão late*, para obter, digamos,

(96) Para maiores detalhes, e tendo em vista os resultados que se podem obter com a aplicação destas noções à semântica do texto poético, consulte-se o artigo de Tiekō Yamaguchi intitulado “Clasemas” (Yamaguchi, 1972).

o orador late

percebemos que, com o novo contexto de *latir*, que contém, agora, o sema s_2 “humano”, o sema contextual do novo núcleo N_3 (“orador”), será, necessariamente, o sema s_2 “humano”:

$$S_q = [N_3 + Cs_2] + [N_1 + Cs_2] = [(orador + humano)] + [(latir + humano)]$$

6.4.10.4.1. *Os Classemas Constituem uma Unidade do Discurso Superior aos Lexemas*

Em 6.4.9. vimos que os efeitos de sentido possuem planos de expressão de diferentes dimensões (lexemas, paralexemas, sintagmas). Isto significa que o contexto constitui uma unidade discursiva superior aos lexemas que o compõem — daí as transações intracontextuais de semas —. Assim, o contexto é um nível superior para uma nova articulação do plano do conteúdo, pois ele funciona como um mecanismo regulador de compatibilidades / incompatibilidades (97) entre as figuras (núcleos sêmicos) dos diferentes lexemas, as quais o contexto pode ou não aceitar reunir.

Sempre que temos, na instância de manifestação da fala, mais de um núcleo sêmico, ocorre, automaticamente, a repetição de um ou mais semas contextuais. Em conseqüência, a frase “o cão late”, que já descrevemos como a combinatória de dois sememas, pode também ser descrita como a união de dois núcleos sêmicos com um único e mesmo sema contextual:

$$S_q = (N_1 + N_2) Cs_1 = S_q = (\text{cão} + \text{late}) \text{ animal}$$

Dois mensagens — ou duas seqüências do discurso — são *isotópicas* quando possuem um ou mais classemas em comum. Essa observação permite dar conta tanto do fato da permanência do sentido nas operações repetidas de transcodificação (ou de tradução), quanto do fato análogo da relativa invariância do sentido diegético dos textos. Os classemas pertencem a um nível semântico superior e, assim, homogeneizando os sentidos intrafrásicos e interfrásicos, asseguram a coerência do sentido textual (sentido holofrástico), mantendo, através das redundâncias (cuja função é a de evitar a emergência do ruído semântico), a *isotopia textual*.

(97) Por compatibilidade contextual entende-se a possibilidade que dois núcleos sêmicos possuem de entrar em combinação com um mesmo sema contextual — ou um classema —.